



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 6/24

FL. N.º 151

8-20

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 26 DE SETEMBRO DE 2024**

N.º 6/2024/AM-----

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho;-----

HORA: Sessão agendada para as 20 horas de 26 de setembro de 2024;-----

Mesa (CDS/PP):-----

O Presidente da Assembleia Municipal: Manuel Miguel Pinheiro Paiva;-----

1º Secretário: Jorge Manuel Santos Silva;-----

2ª Secretária: Rita Alexandra Alves Casal.-----

Deputados municipais eleitos pelo CDS/PP:-----

- José António Abrantes Soares de Almeida;-----

- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias;-----

- Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá;-----

- José do Nascimento Peres;-----

- José Augusto Tavares Ferreira;-----

- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----

- Ricardo Jorge da Costa Oliveira em suplência de Daniel Alexandre
Martins Gonçalves;-----

- Manuel Domingos Fernandes de Almeida;-----

- Alexandra Pinho;-----

- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa;-----

Deputados municipais eleitos pelo PS:-----

- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho;-----

- Ana Raquel Tavares Pinheiro;-----

- José Hermínio Tavares Fernandes;-----
- António Miguel Pinho Martins de Castro, que, após verificada a sua identidade e legitimidade, tomou posse definitiva do lugar, por renúncia de Diana Martins Abrantes Leite, conforme se refere antes do início dos trabalhos da sessão.-----

Deputados municipais eleitos pelo PSD:-----

- João Paulo Carvalho da Silva;-----
- Rosária de Fátima Leite Tavares;-----
- Ana Rita Fernandes Martins;-----
- Daniel Alexandre Martins Barbosa;-----

Presidentes das Juntas de Freguesia e deputados municipais por inerência de funções (CDS/PP):-----

- Arménio Tavares Lige, Arões;-----
- António Luís Martins da Costa, Rôge;-----
- Sérgio Miguel Santos Soares, São Pedro de Castelões;-----
- Manuel Correia de Campos, União das Freguesias Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho;-----

Presidente da Junta de Freguesia e deputado municipal por inerência de funções (PS):-----

- Vítor de Sousa Tavares, JF de Macieira de Cambra;-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação da Câmara Municipal o Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva e nos termos do n.º3 da legislação atrás referida assistiram à sessão, os vereadores:-----

- António Alberto Almeida de Matos Gomes;-----
- André Agostinho Martins da Silva;-----



2024.09.26

ATA N.º 6124

FL N.º 152

[Handwritten signature]

- Tiago Correia Fernandes;-----

- Frederico da Costa Martins.-----

Pelas 20 horas e 02 minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a presença de 24 deputados municipais, o senhor Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Mesa, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, **declarou aberta a sessão.**-----

Cumprimentou os seus pares na Mesa, líderes das bancadas e restantes deputados municipais, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva e os respetivos vereadores.-----

Cumprimentou os colaboradores da Câmara Municipal, bem como a equipa da Nuno Relvas Produções, que se encontra a fazer a transmissão da sessão pela página de Facebook do Município, cumprimentando, por isso, todos quantos acompanham a sessão online, no país e no estrangeiro, bem como, os que se deslocaram ao Salão Nobre para assistir presencialmente.-----

Chegaram logo após o início, Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro e Alexandra Pinho, dando-se continuidade à sessão com a **presença de 26 deputados municipais.** -----

O Sr. Presidente da Mesa informou que por comunicação recebida via e-mail, pelas 14:37h, nesta data, do membro da Assembleia Municipal Diana Martins Abrantes Leite, da Bancada do Partido Socialista, que, nos termos do artigo 76.º da Lei 169/99, na sua redação atual, por motivos pessoais que condicionam o exercício do seu mandato, renuncia ao mesmo. Agradeceu o percurso feito no âmbito das suas funções como deputada municipal, desejando-lhe saúde e sucesso para a sua vida futura.-----

Cumprindo os preceitos Regimentais, designadamente o n.º 1 do artigo 56.º, e estando presente na sala, o cidadão seguinte na lista do Partido Socialista, António Miguel Pinho Martins de Castro, foi verificada a sua identidade e

legitimidade, conforme Auto de Posse lavrado, sendo de imediato investido nas funções de membro efetivo da Assembleia Municipal.-----

De seguida, deu início aos trabalhos, para dar cumprimento à Ordem de Trabalhos que se transcreve:-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

- a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal;-----
- b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 27 de junho de 2024;-----
- c) Aprovação da ata da sessão extraordinária de 17 de julho de 2024;-----
- d) Período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. Para conhecimento: Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações;-----
2. Taxa Municipal de Direitos de Passagem;-----
3. Derrama;-----
4. Participação variável no IRS;-----
5. IMI - Imposto Municipal sobre imóveis;-----
6. Aquisição de Serviços para certificação legal das Contas 2024 e 2025;-----
7. Dissolução e liquidação do PERM, EIM.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do Anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações.-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: Aprovação do texto e respetivas minutas.-----



Informou que o deputado municipal Daniel Alexandre Martins Gonçalves, ausente por motivos profissionais (mensagem recebida em 24/09/2024) **foi substituído,** ao abrigo do artigo 79.º da Lei 169/99, de 18 de setembro e suas alterações, **por Ricardo Jorge da Costa Oliveira.** -----

Por impedimentos de última hora e sem substituição, não compareceram à sessão, o Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, Henrique Martins Pereira e o Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Nelson Fernandes de Almeida (comunicação deste último via e-mail, pelas 16:55h do dia 26/09/2024). -----

Foi apresentada a justificação da ausência na sessão, por escrito e dentro do prazo dos 5 dias seguintes, pelo deputado municipal Henrique Martins Pereira, tendo sido justificadas todas as ausências pela Mesa que presidiu à sessão. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

O Sr. Presidente da Mesa informou ter estado presente ou ter-se feito substituir em vários eventos, em representação da Assembleia Municipal, conforme se descreve:-----

- 30/06 celebrações do dia de São Pedro em São Pedro de Castelões, a convite da Paróquia e Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, onde a AM foi representada, pela DM Paula Pedro; -----
- 06/07 cerimónia de abertura do festival de folclore - LINHAR 2024, a convite da organização do baixo Folclórica Primavera; -----
- 13/07 Jubileu de prata sacerdotal do Reverendo Padre Adão Cunha e também da celebração dos 12 anos de ordenação sacerdotal do Reverendo Padre André Beato Soares, ainda dos 3 anos do Reverendo Padre David Castro e também da ordenação sacerdotal do Diácono Armindo Silva; -----

2024.09.26

- 13/07 Convívio “Início do Verão” da ADPC. a convite Senhor Presidente da Direção; -----
- 14/07 Viver Arões 2024 - festival de folclore e cerimónia de encerramento, a convite do Sr.^a Presidente da Direção da Direção do Grupo Folclore Terras de Arões e do Sr. Presidente da Direção do Centro Social e Paroquial de Arões; -----
- 25/07 Feira anual do Arestal - concurso de raça arouquesa, a convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira; -----
- 26/07 Sessão de abertura da Praça ComVida 2024 na Praça da República em Macieira de Cambra, a convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra; -----
- 15/08 Missa solene na romaria de nossa Senhora da Saúde da Serra, a convite do Sr. Reverendo Padre Luís Gonçalves;-----
- 25/08 Eucaristia e procissão solene da Festa em Honra do Senhor, em Arões, a convite do senhor Presidente da Comissão de Festas, o Reverendo Padre José Bento, onde a AM foi representada, pelo DM José Augusto Ferreira;-----
- 30/08 Abertura do Vale Beer Fest, no Jardim central da cidade, a convite do Sr. Vereador André Silva;-----
- 31/08 Receção e apresentação dos grupos participantes no FolKCambra 2024, a convite do grupo Etnográfico Terras de Cambra;-----
- 08/09 Missa solene e procissão em honra de nossa Senhora da Natividade Integrada nas Festas Setembrinas, a convite Reverendo Padre Adão Cunha;-----
- 15/08 celebração religiosa e do 25º aniversário da Associação de Desenvolvimento Turístico e Promoção Cultural de Paraduça, a convite do Sr. Presidente da Direção;-----

Mais informou, que em 29/09 estaria presente na celebração eucarística e procissão no âmbito das Festas em honra de São Miguel, em Junqueira, a convite do Presidente da Junta de Freguesia e no dia 05/10, e ainda, a convite da Sr.^a



[Handwritten signature]

vereadora Mónica Seixas, a Assembleia Municipal estaria representada pela DM Alexandra Pinho no almoço comemorativo do dia dos idosos, a levar a efeito no pavilhão Ilídio Pedro, em Lordelo.-----

Lamenta não ter sido possível estar presente, nem se fazer representar, designadamente no concurso de bovinos de raça arouquesa realizado no Parque de São João Batista, em Cepelos, no convívio de verão da Aldeia de Ervedoso e na cerimónia que assinalou os 50 anos da escola, realizada na sede do Agrupamento de Escolas do Búzio. -----

Relativamente à correspondência, disponibilizou para consulta dos deputados municipais, o dossier com a correspondência recebida desde a sessão realizada em junho, desta destacando o e-mail recebido do Sr. Eng.º Rui Costa, dando conta de comunicações enviadas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, pelas quais alerta para assuntos relacionados com os horários dos colaboradores municipais, com uma placa identificativa da obra sito na rua dos Carvalhos e também sobre o cumprimento da legislação SCR na revisão do PDM; de seguida referiu-se ao ofício recebido do Tribunal de Contas sobre a homologação da verificação interna da conta 872/2018 e ainda à carta recebida do Sr. Comendador Ilídio Pinho, como agradecimento do voto de louvor e congratulação aprovado por esta Assembleia Municipal, na sequência do seu doutoramento *honoris causa* pela Universidade do Porto e, no seguimento deste agradecimento, referiu um e-mail deste município, remetido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, sobre a necessidade de colocar uma faixa redutora de velocidade na rua Comendador Arlindo Soares de Pinho, antes do entroncamento com a rua da Igreja, no sentido descendente, face ao registo de muitos casos de excesso de velocidade que têm originado acidentes nesse cruzamento, agradecendo os esforços feitos pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal na resolução da situação. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para eventuais esclarecimentos neste âmbito, **dizendo este** que já tinha sido feito um pequeno estudo, tendo, no imediato, os semáforos sido ativados para a forma intermitente, aguardando-se a realização das normais pinturas horizontais por uma empresa especializada, o que acontecerá assim que esteja em linha de execução aquela área geográfica, tendo o munícipe disso sido notificado. -----

b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE JUNHO DE 2024: -----

Pedindo a palavra, o deputado municipal, João Carvalho da Silva, solicitou a transcrição *ipsis verbis* do então proferido no PAOD da sessão, texto que entregou à Mesa e foi aceite, passando a constar da ata que foi colocada à votação.-----

A Assembleia Municipal, com 1 abstenção do deputado municipal José Soares de Almeida, por não ter estado presente na referida sessão, e 25 votos a favor, **deliberou, por maioria dos 26 membros presentes,** aprovar a ata da sessão ordinária de 27 de junho de 2024.-----

c) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE JULHO DE 2024:-----

A Assembleia Municipal, com 4 abstenções dos deputados municipais, Rita Casal, José Peres, Jorge Tiago Pinho e Arménio Lige, por não terem estado presentes na referida sessão, e 22 votos a favor, **deliberou, por maioria dos 26 membros presentes,** aprovar a ata da sessão extraordinária de 17 de julho de 2024. -----

d) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais pela ordem de inscrição: -----



- **Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá**, cumprimentou os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online: -----

Disse terem sido colocadas em causa a sua honra e a sua conduta, na passada sessão ordinária da Assembleia Municipal, lamentando as acusações infundadas relativamente ao contrato celebrado entre a sociedade da qual é sócia, Casmi, e o Município de Vale de Cambra, querendo, por isso, esclarecer que o contrato foi assinado na sequência de um concurso público ao qual foram apresentadas três propostas, tendo a CASMI saído vencedora, por resultar num menor encargo para o erário municipal, não tendo sido apresentada qualquer impugnação pelos demais concorrentes, nem por qualquer deputado municipal, designadamente o deputado municipal João Carvalho da Silva. -----

Mais esclareceu que, enquanto nomeada, não teve qualquer intervenção no processo de adjudicação realizado pela Câmara Municipal, sendo o contrato válido e eficaz, não padecendo de qualquer tipo de ilegalidade que impeça a sua execução. -----

Referindo-se à inelegibilidade superveniente, pretende deixar bem claro que, sobre a mesma, já se pronunciou o Ministério Público - o Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, que concluiu não haver motivo para perda de mandato, não cometendo o Município qualquer ilegalidade, não havendo qualquer censura à sua atuação enquanto autarca, lamentando a facilidade com que se levantam suspeitas, procurando dessa maneira frustrar as escolhas do povo. -----

- **Manuel Correia de Campos**, cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online. -----

Deixou um voto de louvor e um agradecimento a todos os bombeiros, tanto portugueses como estrangeiros, bem como os seus pêsames às famílias de todos aqueles que faleceram no exercício das suas funções de defesa dos inúmeros fogos recentemente ocorridos. -----

Neste âmbito, disse que empresários da zona industrial de Codal lhe telefonaram, preocupados com os incêndios que poderiam ocorrer na vegetação à volta das suas empresas, a qual não tinha sido limpa nos obrigatórios 100m circundantes, dizendo também que os GIPS não lhes atendiam o telefone, nem a ele próprio após tentativa de chamada, pelo que, foi pessoalmente a Algeriz, onde julgava que estavam, ficando a saber que estes já não ocupavam aquelas instalações e que se encontravam junto aos Bombeiros Voluntários. Lá, foi atendido por um funcionário graduado, do GIPS, que registou a sua explanação, informando-o que a transmitiria ao Capitão, que estava ausente no momento. -----

Face ao episódio, quis deixar claro que o artigo 128.º da Lei diz que, no prazo de 60 dias, o Município tem que dar resposta aos pedidos de limpeza de combustível, os quais os empresários dizem ter apresentado no passado mês de abril, sem obterem qualquer resposta. Face ao episódio, diz recordar-se que no ano a seguir ao desastre de Pedrógão, tudo era limpo, mas parando tudo logo depois, perguntando porque não intervêm os sapadores florestais da Câmara Municipal de Vale de Cambra, bem como os elementos do GIPS, porque seria melhor prevenir do que remediar. -----

Lamenta haver falta de empenho, de trabalho e do “saber ocupar os lugares em que estão”, dada a falta de informação do Presidente da Proteção Civil em relação ao enchimento dos tanques de abastecimento de água para socorrer aos fogos. Frisou que o dinheiro é dos contribuintes, é para trabalhar para os contribuintes, devendo haver cuidado, não o gastando mal gasto, como tem verificado. -----

Depois veem-se “apertados”, disse, e contratam firmas de advogados, que custam dezenas de milhares de euros, para se livrarem das acusações, devendo, por isso, ser cumprida a lei e ser evitados advogados para acontecer como no



caso em que se gastaram quarenta e tal mil euros, tendo depois o caso sido "abafado".-----

De seguida entregou ao Sr. Presidente da Mesa, o Decreto-Lei referido na sua intervenção e uma fotografia de um concelho do distrito de Aveiro que limpou tudo e não registou quaisquer incêndios, apelando ao cumprimento da lei. -----

Concluindo disse: "necessitávamos nos nossos montes de muitas cabras e menos cavalheiros nos gabinetes." -----

- **José António Abrantes Soares de Almeida**, cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online.-----

Disse que durante quase 50 anos esteve sempre na bancada do CDS/PP e na Assembleia Municipal, tendo havido sempre um tratamento entre todos, de elevação, de respeito, conforme a tradição democrática, que sempre caracterizou aquele órgão. Contudo, na última sessão ordinária, na qual não esteve presente por motivos de saúde, mas que assistiu via online, ouviu o discurso do Sr. deputado municipal João Carvalho da Silva, que considerou arrogante, prepotente, sem urbanidade, numa tentativa de pôr em causa a reputação da sua colega de bancada Dr.ª Sónia Sá. Frisou não estar em causa a substância, mas sim a forma como apresentou o assunto no púlpito, que considerou ter sido uma falta de respeito aos 80% de eleitores do concelho que votaram na candidatura da Lista CDS/PP, onde está incluída a Dr.ª Sónia Sá. Pergunta, assim, se os restantes 20% que votaram, se reveem na sua prática e nas suas afirmações, na "política espetáculo", disse, afirmando que justifica a sua presença na Assembleia Municipal porque existem 21.000 (vinte e um mil) habitantes do concelho de Vale de Cambra que, com sangue, suor e lágrimas, trabalham diariamente para o bem do concelho, nele votaram, deram-lhe o seu apoio para que este pudesse retribuir e trabalhasse em prol de todos eles. -----

Considera que o objetivo do deputado municipal era fazer abortar um projeto inovador, que acompanha 600 (seiscentas) crianças do concelho de Vale de Cambra, que contribui para a disseminação de práticas para toda a comunidade científica, para que não só no nosso país, mas noutros, se possa continuar a fazer trabalhos deste género, que tem merecido os mais rasgados elogios de toda a comunidade, tendo, inclusive, trazido a anterior Ministra da Solidariedade Social para ver *in loco* o seu desenvolvimento. -----

Considerando esta, uma manobra de diversão (a que esta Assembleia não está habituada), recorda um episódio ocorrido no anterior mandato, em relação à creche da Fundação Luiz Bernardo de Almeida, instalada junto ao Centro Cívico de Vila Chã, onde se registaram entraves da oposição aquando da cedência do direito de superfície à União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, adiando-se e adiando-se a deliberação, até a uma assunção de responsabilidades por parte do seu partido, porque a não ser assim, nada tinha sido construído e algumas dezenas de mães estavam agora em casa a tomar conta dos filhos, porque não tinham onde os colocar. -----

Acrescentou que todos estão aqui porque o concelho precisa de progresso e precisa que se acompanhe o progresso de cada um que nele trabalha, sem manobras que possam impedir a utilização de fundos comunitários ou mesmo a eventual perda de fundos do PRR, achando curioso o facto do Governo, que é PSD, dizer que a nível nacional, o anterior governo estava a atrasar o desenvolvimento do PRR, quando é um deputado do PSD que, nesta Assembleia, pretende contribuir para que isso aconteça. -----

Dirigindo-se ao Sr. Deputado Municipal João Carvalho da Silva, disse que a bancada do CDS, por seu intermédio, manifesta um profundo repúdio por ter atacado um dos seus membros, ter atacado a sua bancada, a Câmara Municipal e a população do concelho. Face à sua posição sobre a questão, pretende saber



[Handwritten signature]

qual a postura do PSD concelhio sobre a matéria e se este se demarca ou não desta posição do deputado municipal, matéria sobre a qual o Ministério Público já se tinha pronunciado, arquivando o processo, dando-se assim continuidade ao projeto. -----

Voltando a dirigir-se ao deputado municipal, perguntou se este se recordava do tempo da campanha eleitoral, e de quando andava a colocar cartazes nas rotundas do concelho, nomeadamente nas do centro da cidade, e a população os fez voltar para trás, afirmando que neste caso, o deputado municipal poderia estar certo que *"este projeto chega à rotunda e avança em frente e vai continuar a beneficiar as 600 crianças do nosso concelho e as suas famílias."* -----

- **Ana Rita Fernandes Martins**, cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online. -----

Começou por propor um minuto de silêncio pelos trágicos acidentes que assolaram o país, por todas as populações atingidas, pelas perdas humanas irreparáveis, muitas delas, de bombeiros, sugerindo que o momento fosse feito de imediato. -----

A Mesa, após consultar os líderes das bancadas, concordou com a realização do minuto de silêncio proposto, o qual de imediato se seguiu. -----

Continuando a sua intervenção, a deputada municipal Ana Rita Martins referiu que o partido do PPD/PSD de Vale de Cambra pretende ajudar a encontrar soluções, *"porque todos somos Valecambrenses e todos queremos o bem comum para o nosso território e para os nossos conterrâneos"*, disse. -----

De seguida deixou algumas reflexões sobre as questões que podem e devem ser alvo de análise e de melhorias: -----

"1) Comunicação: Cabe às autarquias, de acordo com o Decreto-Lei 84/2021, promover a emissão e difundirem, à escala local, comunicados e avisos às

populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.” -----

Neste âmbito, o seu partido considera ter havido uma falta de informação oficial nas redes sociais sobre os incêndios que proliferaram em Vale de Cambra e sobre os pedidos desesperados de informação por parte de muitos Valecambrenses, parecendo-lhe grave somente ser encontrada informação através de fontes não oficiais, sendo o direito à mesma, um direito dos valecambrenses para que se possam proteger a si mesmos, os seus bens, bem como os seus familiares, evitando correr riscos, devendo esta ser encontrada e atualizada nos meios de comunicação online do município, uma vez que a informação oficial, mitiga o “*alarme social*” e a inquietação da população, promovendo decisões informadas e esclarecidas.-----

“2) Questões logísticas: Não se pode deixar que os operacionais sejam obrigados a ausentar-se de combater os incêndios para realizar tarefas logísticas, quando as mesmas podem ser realizadas por outros recursos e outras entidades.” -----

“3) Falhas na estratégia a montante” -----

Disse terem tido conhecimento que concelhos como Arouca e Espinho concorreram a um financiamento para aquisição de um drone, equipamento fundamental para a vigilância ativa das florestas, pela visão aérea detalhada que fornecem do incêndio, permitindo avaliar a evolução dos incêndios, avaliar riscos, pontos críticos, como áreas de alta combustibilidade ou locais onde o fogo se pode espalhar rapidamente e ajudar a tomar decisões informadas sobre a alocação de recursos. Face ao exposto, questionou o facto da Câmara Municipal não ter concorrido a este programa, nem ter adquirido este equipamento. -----

Disse ainda saber que a Câmara Municipal não dispõe de uma máquina de arrasto, ou outras máquinas de grande porte, tais como retro-escavadoras,



(Handwritten signature)

fundamentais, não só para trabalhos de limpeza no inverno, como cheias, mas também na época dos incêndios, por serem uma alternativa eficaz no combate inicial aos incêndios florestais, reduzindo custos e meios humanos no teatro de operações, podendo ainda ser usadas na prevenção dos incêndios através do seu uso na construção de faixas de contenção criando a necessária descontinuidade de combustível vegetal. -----

Frisou que a prevenção é fundamental, e neste sentido perguntou quais medidas serão tomadas pela Câmara Municipal na recuperação dos terrenos no pós-incêndios, quanto à segurança dos Valecambrenses e dos seus bens, tendo em conta o conseqüente risco de cheias e derrocadas, bem como, a qualidade da água. -----

Deixou o seu profundo agradecimento a todos bombeiros, Proteção Civil e Forças de Segurança, e a todos quantos garantiram a salvaguarda das vidas humanas e materiais. -----

Um outro assunto por si colocado foi o da colocação de lombas de redução de velocidade na rua Comendador Arlindo Soares de Pinho, porque moradores de Lordelo a abordaram com esse pedido, principalmente junto ao cruzamento existente em Lordelo, apesar da existência de sinalização vertical de limite de velocidade, designadamente de 30Km/h, bem como, os semáforos. -----

Entregou à Mesa, fotografias do local, reforçando o pedido para a construção destas lombas redutoras de velocidade, agradecendo o esclarecimento dado pelo Sr. Presidente da Câmara, em relação aos esforços já feitos para mitigar esta situação e evitar possíveis perdas humanas. -----

Perguntou para quando estava prevista a instalação da Academia de Música no Edifício do CAE – Centro de Artes e Espetáculos, e a sua abertura plena. -----

Sobre esta edificação, pediu o PTRF e os respetivos anexos enviados à entidade competente aquando do encerramento da mesma, bem como o extrato da conta

corrente do investimento realizado, considerando que a obra apoiada por fundos europeus do Portugal 20 20, terminou nos finais de 2023. -----

Perguntou se a Câmara Municipal teve conhecimento da possibilidade do concelho concorrer a projetos relacionados com os bairros digitais, uma medida que pode, através da utilização dos meios digitais e tecnológicos, possibilitar a melhoria do comércio local, e se, já fez alguma coisa nesse sentido, deixando a sugestão para que se faça. -----

- **João Paulo Carvalho da Silva**, cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online. -----

Iniciou a intervenção, dizendo que, após a intervenção do deputado municipal José Soares, lhe deveria ter sido dada a palavra para uso em defesa da honra, conforme pediu, dado que quem ouviu o líder da bancada do CDS/PP, pensará que insultou a Dr.ª Sónia, o que não era verdade, pretendendo por isso, tornar públicas as afirmações feitas na anterior sessão ordinária para que se saiba exatamente quais foram as suas palavras, que considerou, serem somente narração de factos e nada mais. -----

De seguida, exclamou: *“Ora estamos no Outono e o Outono é um tempo bonito, onde as gentes da nossa terra dizem que até ao lavar dos cestos é vindima, expressão que se usa muito nesta época.”* Depois disse *“é proibido mas pode-se fazer, só que é proibido, mas pode-se fazer, e o que acontece no final? Nada,”* palavras de Ricardo Araújo Pereira, frisou, as quais foram proferidas por aquele numa altura complexa do país, e as trouxe a esta Assembleia por concordar com o seu teor, pois, face à atualidade, muitas vezes, a opção é sorrir para não chorar, face a tudo o que é lido. -----

Continuando, e no seguimento das intervenções feitas pela bancada do CDS/PP, disse que a senhora deputada municipal Sónia Vide Sá deverá ter um despacho completamente diferente do seu, pretendendo pedir as suas declarações para que



X - - R -

as possa comparar com o por si recebido porque em lado nenhum leu que aquela podia fazer um contrato com a Câmara Municipal. -----

Disse não pretender centrar a sua intervenção nesta, mas sim no contrato que foi assinado, mas, face às intervenções, terá de se voltar para a sua atuação enquanto deputada municipal. Começou por frisar que esta demorou 3 anos a vir ao púlpito desta Assembleia, intervir, pois só a tinha visto neste local, na sua tomada de posse, em que disse a frase que citou: *“Eu abaixo assinado, juro solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas”*. Referiu que o líder da bancada do CDS/PP disse que foram discutidos assuntos importantíssimos, como orçamentos, a falta de água potável em centenas de casas que albergam famílias Cambrenses, onde aquela nunca interveio, mesmo chamando-a para a discussão, dada a sua larga experiência na área da saúde, sem falar noutros assuntos, como o atraso na única obra realizada pelo Sr. Presidente da Câmara, o CAE; também aquando da discussão da descentralização na área da educação, da saúde, algo que tem causado tantos constrangimentos aos nossos alunos e também à própria Câmara Municipal; também sobre a falta de apoios às freguesias que mitigam por mais apoio, como dizem os Presidentes de Junta. -----

Frisou que nos muitos momentos de discussão, a atuação da deputada municipal foi sempre de se remeter ao silêncio, nunca se pronunciando, tendo mesmo verificado que, nesta última sessão da Assembleia, extraordinária, em que se discutiu o PDM, um dos documentos mais importantes para o Município, o mesmo aconteceu e até saiu mais cedo da sessão, quando, em sua opinião, devia ter ficado até ao fim dos trabalhos, por respeito aos cidadãos que estiveram horas e horas à espera para exporem as suas preocupações, os seus problemas. -----

Disse ser esta a missão do grande trabalho autárquico que os deputados municipais devem fazer e não o que aconteceu, que foi uma única intervenção e

unicamente feita para se defender da exposição de um contrato celebrado entre a empresa, da qual era sócia, e a Câmara Municipal que é liderada pelo seu companheiro de Partido, José Pinheiro. Para si, frisou, seria uma vergonha se na primeira vez que se dirigisse a esta Assembleia fosse para se defender, dado que foram eleitos para defender as pessoas, os Valecambrenses. Contudo, e apesar disso, estava no direito de se defender, embora o devesse ter feito também, durante estes três anos em relação aos valecambrenses. -----

Sobre a vertente jurídica do assunto, falará após obter todos os esclarecimentos solicitados às entidades consultadas, não sendo este o único processo, uma vez que havia outros, referindo-se à contratação de uma empresa de táxis deste concelho, que prestou assessoria jurídica ao nosso Município. Voltando às afirmações proferidas na passada sessão ordinária, frisou novamente que tudo que disse foi alicerçado num Acórdão Uniformizador de Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, além desta ser também uma questão ética, pedindo que se pronunciem perante os Valecambrenses, se acham normal que alguém que fiscaliza a Câmara Municipal, tenha um contrato com a própria. -----

Lançou um desafio aos candidatos à Câmara Municipal, àqueles que poderão ter somente os tais 20%, como disse o seu colega Dr. José Soares, dos quais não se envergonha, disse, porque os 20% de votos pertencem a pessoas que lhe deram voz naquela Assembleia Municipal, porque nele confiaram e sabem que podem contar consigo, sempre e a qualquer hora, não aceitando qualquer lição de democracia, nem lições de como estar junto das pessoas, frisou, e, voltando à ideia do seu desafio, e porque se aproxima um novo ciclo eleitoral, perguntou, tanto ao candidato do Partido Socialista como do Partido Social Democrata, se tivessem sido eleitos Presidentes de Câmara, se assinavam um contrato com um membro eleito da presente Assembleia Municipal. Até pode o Sr. Presidente da Câmara Municipal achar que não cometeu nenhuma ilegalidade, a sociedade de



(Handwritten signature)

advogados contratada pela Câmara Municipal e paga com o dinheiro dos Valecambrenses, pode achar que não se cometeu nenhuma ilegalidade, pode o Ministério Público dizer que não vai fazer nada, mas, disse, para que as pessoas saibam com o que podem contar no futuro, em sua opinião, *“usar o dinheiro da Câmara Municipal para fazer negócios com os companheiros de partido é, e sempre será, uma vergonha.”* -----

- **Victor de Sousa Tavares**, cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online. -----

Sobre a questão dos incêndios, disse que poderia parecer que acontecem ciclicamente, mas existem razões para que aconteçam, cuja mudança nem sempre está ao alcance de quem gere, sendo uma delas, principalmente a Norte, a monocultura do eucalipto, porque quem se deslocar às áreas ardidas vê hectares e hectares de plantação de eucaliptos, sem faixas de segurança, devendo haver plantações de outro tipo de árvore, como sobreiros, carvalhos, castanheiros entre os eucaliptos, para que se criem verdadeiras faixas de segurança, dado que estas faixas são um problema se nada nelas for plantado, pois terão de estar constantemente a ser limpas o que tem custos acrescidos. -----

Outra questão, sobre a qual nada há a fazer e será cada vez mais uma triste realidade, é o abandono da agricultura. Todos, mas principalmente os Presidentes de junta, sabem o que é ter 80% ou 90% dos terrenos que eram agrícolas, e que neste momento são silvados, são plantações de eucaliptos, são tudo e mais alguma coisa, menos terrenos agrícolas, implicando tudo isso, situações de incêndio dentro da própria localidade, habitações incendiadas quando as ditas faixas de terrenos de proteção (50m/100m) não são limpas, o que anteriormente era garantido pelos terrenos agrícolas. -----

Pensa ser importante, tanto para o Governo central, como para as autarquias, criar ações de sensibilização perante as populações, porque maior parte da

população diz “se o meu vizinho não limpou ele devia limpar e, se ele não limpou eu também não limpo”, situação que se repete ano após ano e depois as coisas acontecem e só aí nos lembramos desse problema, sendo caso para dizer “casa roubada, trancas à porta”, mas assim não se resolve simplesmente nada. Por isso, deve-se sensibilizar as pessoas a ter outro tipo de comportamento, outro tipo de ação, porque os principais beneficiados acabariam por ser essas populações e essas aldeias. -----

Sobre a questão da limpeza obrigatória, esta raramente é feita, e há muitos locais onde estão avisos colocados pelas Câmaras Municipais, para as pessoas limpar, mas ninguém limpa, continuando lá o aviso na árvore, em alguns sítios já nem se vê porque a vegetação os tapou e ninguém fez nada, não há uma fiscalização mais atenta, que sancione quem prevarica, porque em sua opinião só assim e porque este ano foi uma tragédia e daqui a alguns anos volta a acontecer o mesmo, não bastando o exemplo de Pedrógão.

Outro assunto que colocou foi o da recolha dos lixos no concelho. Disse que se verifica diariamente ao lado dos contentores, a existência de muito lixo surgindo-lhe novamente a ideia da ação de sensibilização para que as pessoas utilizem as empresas que fazem a recolha de determinado tipo de lixo, os chamados monos, os verdes, restos de obras, amianto, porque tudo e mais alguma coisa ia parar ao lado dos contentores do lixo e lá ficava meses, porque os trabalhadores do camião de recolha do lixo dos contentores, esvaziam os contentores e seguem, não comunicando à empresa a existência desses detritos um pouco por todo lado, na Borbolga, em Santa Cruz, ao fundo da calçada da Escaleira, em Macieira de Cambra. As pessoas acham que colocando ao lado vai ser recolhido e por isso vão, a cada dia que passa, amontoando porque também não há fiscalização que possa sancionar e informar que as coisas não devem ser feitas dessa forma. -----



2024.09.26

ATA N.º 6/24

FL. N.º 161

8-2-2

De seguida, agradeceu à Câmara Municipal a colaboração, apoio logístico e operacional à realização do Praça Com Vida e a sua presença no evento. -----

Outra questão que apresentou, a pedido de moradores, é a de uma rua no lugar de Malhundes, que é a rua do Paiço, de forte inclinação que, em dias de chuva como a que tem estado, os carros ligeiros não conseguem lá circular, acontecendo casos como há dias com uma carrinha dos CTT de distribuição de encomendas teve de ser movimentada com a ajuda de um trator, porque ficou atravessada, o mesmo podendo acontecer com uma ambulância, pedindo uma visita ao local, para que, em conjunto, se arranje solução porque não podemos ter a crença de que nunca vai acontecer, porque elas acontecem e a prova disso é o que temos visto relativamente aos incêndios.-----

- **José Hermínio Tavares Fernandes**, cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online.

Referiu-se à proposta feita em sessão pelo Sr. Presidente da Junta de Castelões, sobre a compra de uma cisterna a utilizar pelos serviços municipais, para a recolha das águas sujas domésticas, a qual seria de uma utilidade extrema para as aldeias que não são servidas pelo saneamento básico, uma realidade ainda distante, contribuindo-se para a eliminação de esgotos a céu aberto, bem como a contaminação dos lençóis freáticos, situações estas que conduzem à deterioração da qualidade de vida das populações das nossas aldeias. -----

Outro assunto também já mencionado em sessão e que quer insistir na sua abordagem, é o da falta da recolha dos materiais sobrantes do corte do arvoredo das propriedades que, nesta época em que ocorreram inúmeros incêndios nos concelhos limítrofes, é preocupante e constrangedor se depositados como um núcleo de massa térmica, junto aos caminhos e estradas nacionais e municipais, durante meses senão anos, sem que ninguém seja responsabilizado. -----

Disse querer deixar ainda uma outra situação que o preocupa, a si e a todos, que é a falta de limpeza das bermas das estradas e caminhos, designadamente as da EN 227, por limpar há vários anos, salvo erro ou omissão, para não falar na faixa dos 10 metros, questionando se a Câmara Municipal não poderia interrogar as Infraestruturas de Portugal sobre tal desleixo. Outra falta de limpeza, regista-se nos caminhos agrícolas e florestais, que são abertos, com dispêndio de dinheiro público e, depois passam anos sem limpar, como um estradão no monte de Merlães, entre o Aguincho e a Estrada que vai de Merlães para a Chã, que só têm utilidade para os madeireiros que lá passam. -----

Estas e outras questões levam a que, futuramente, as nossas aldeias fiquem rodeadas de silvas e matos por todos os lados, apelando a uma solução, eventualmente através da aquisição de máquina equipada, um destroçador ou equiparado, exclusivamente para a limpeza dos nossos caminhos. -----

Outro assunto que o tem preocupado, bem como os proprietários de áreas agrícolas, é a invasão destas por javalis, que destroçam as culturas, acontecendo isto um pouco por todo lado, apelando, assim, a que a Câmara Municipal realize batidas para diminuição do número desses efetivos.-----

- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa, cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online. -----

Iniciou a sua intervenção, dizendo que estão na presente sessão, não só para tratar os assuntos que dizem respeito ao progresso e ao bem-estar do nosso Município, mas também para prestar uma sentida homenagem àqueles que de forma incansável, têm dado o seu melhor no combate a uma das maiores ameaças hoje enfrentada, os fogos florestais. Por isso, em nome da bancada do CDS/PP, dirige-se, em primeiro lugar, aos bombeiros cujas vidas são dedicadas à defesa da nossa terra e da nossa gente; aos homens e mulheres que colocam dia após dia a sua segurança em risco para proteger o que temos de mais precioso.



Neste ano, o trabalho que realizaram é uma verdadeira prova de coragem, sacrifício e amor ao próximo, no entanto, a bravura teve um custo devastador, perderam-se vidas preciosas, bombeiros que tombaram na linha da frente, no cumprimento do dever. As suas memórias estarão para sempre gravadas no coração da nossa comunidade, por isso, a eles e às suas famílias, o nosso profundo agradecimento e o compromisso de nunca esquecer o seu sacrifício, porque são verdadeiros heróis que inspiram, sendo a sua ausência sempre sentida com uma dor imensurável. -----

A Proteção Civil Municipal, com o seu papel essencial na coordenação das operações de socorro e apoio, também merece um reconhecimento, pois em momentos de extrema complexidade, souberam atuar com prontidão, eficácia e organização, evitando que uma maior tragédia se abatesse sobre todos. A sua capacidade de liderança e a articulação entre todas as entidades envolvidas tem sido um exemplo num serviço público que deve ser motivo de orgulho. -----

Expressou ainda gratidão por muito do trabalho de "bastidores" feito pelos funcionários da Câmara Municipal, cuja colaboração ativa, seja no apoio logístico, na assistência às populações afetadas ou na gestão de recursos, ajudou a minimizar o impacto dos incêndios. O trabalho que a Proteção Civil tem realizado é incansável e vital para que o nosso Município possa responder de forma célere a estas emergências, apesar de, infelizmente, este ano o flagelo dos fogos ter ceifado também a vida de civis, havendo famílias devastadas, lares destruídos e sonhos interrompidos, não havendo palavras que possam confortar, dado o sofrimento destas famílias, devendo, todos, como comunidade, mostrar-lhes que não estão sozinhas, que unidos trabalharemos, com resiliência, para que no futuro se possa evitar a repetição destas tragédias.-----

Concluiu dizendo que dedica, em nome da bancada do CDS/PP, o mais profundo agradecimento e reconhecimento a todos os que se dedicam ao bem-estar da

nossa terra, e que juntos honrarão a memória dos que partiram, continuando a lutar por um futuro mais seguro e próspero para todos. -----

- **Rosária de Fátima Leite Tavares**, cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online. -----

A sua intervenção, disse, vai ser feita porque, na presente sessão, ouviu falar muito em ataque à honra, pôr em causa a reputação, ataques pessoais, e porque, todos se dirigiram ao seu colega de bancada, João Paulo Carvalho da Silva, quase como se ele fosse um *“bicho papão”*, que ataca toda a gente, que só quer o mal de toda a gente, quer expressar a sua opinião sobre a questão e a sua forma de interpretação de toda a situação, que diz ser diferente da que já foi expressada neta sessão. Assim, disse que o que aconteceu foi, um deputado municipal de uma bancada que tem a noção e a consciência que a sua obrigação é fiscalizar e apurar responsabilidades, verificar atos realizados, alertar, mostrar de forma frontal, leal e consciente que os acha menos corretos, como fez o seu colega no púlpito, frisando que a bancada do PSD não é uma entidade unipessoal, mas sim uma bancada que decide, aborda os assuntos, que os apresenta, vendo, pelas intervenções e a reação, que os fiscalizados não gostaram muito da história. Questionou o facto de estarem a ser acusados, nomeadamente o João, de ataques, tentativa de humilhação pública, aproveitamento, mas, e perguntou, *“quem é que aqui viu um post sobre este assunto, uma notícia, algo que nos leve a pensar em humilhação pública, algo que se assemelhe a aproveitamento político?”* Ninguém poderia ter visto, disse, porque não foi feito, apesar dessa possibilidade existir, nunca o fizeram, ao contrário de outros políticos, porque na verdade não foi um ataque pessoal, afirmando que a última sessão foi um dia muito custoso para todos eles e, caso a Sónia tenha dúvidas quanto às intenções da sua bancada, se o João o permitir, poderá fazer o mesmo que o Sérgio fez na



última Assembleia, mostrar-lhe as conversas trocadas nesse dia. Garantiu mais uma vez que não foi ataque pessoal, que nunca o foi, repetiu. -----

Sobre a afirmação do Dr. José Soares, quanto à maioria da qual se orgulha, com todo o direito, quer deixar no ar uma questão: *“Será que essa maioria teria votado, se tivesse conhecimento das irregularidades que iriam acontecer?”* -----

- **Sérgio Miguel Santos Soares**, cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online. -----

Pretende na sua intervenção fazer um apelo no âmbito do tema que tem sido abordado - os fogos e a floresta. -----

Na última sessão, sobre o PDM, falou do que estava previsto na sua revisão na vertente da floresta e da agricultura (áreas que valoriza muito), bem como, da área urbana e industrial e quer deixar um desafio ao Sr. Presidente da Câmara, ao órgão máximo, quem decide e que pode reunir esforços, que passa pelo fornecimento às Juntas de freguesia de um kit de prevenção e socorro, porque, independentemente de se estar mais longe ou mais perto da área central do Município, todos são abrangidos por floresta, tendo desta vez calhado na sua freguesia, infelizmente, disse, tornando-se difícil agora, olhar para aquela zona cinzenta e ver as pessoas também com o seu coração denegrido, apesar de não ter atingido zonas habitacionais, mas que se perdeu muita floresta, a população ficou sem água e, tendo estado presente desde o início, se sentiu incomodado, custou-lhe ver o sofrimento daquelas pessoas, achando haver condições de fazer um planeamento também para a floresta e, não apenas como está a acontecer, planear o local onde vai ser construída a nossa casa, os nossos anexos, pois para o próximo ano poder-se-á não estar a falar de Janardo ou da Felgueira, mas de outro lugar, de outro canto deste concelho. Por isso, acha que se devem reunir esforços, referindo-se ao BUPI como uma ferramenta que pode ser utilizada, porque a maior parte das pessoas já fizeram o registo dos seus terrenos. -----

2024.09.26

Disse haver muitas vezes falta de comunicação, de se envolver as pessoas, considerando os Valecambrenses pessoas de trabalho e de união, o que viu na atuação da população e industriais no apoio dado aos bombeiros durante os incêndios. Um bem-haja para todos eles. -----

Acha que há agora uma oportunidade de reestruturar a floresta, informar o que lá colocar, havendo um projeto que anda a batalhar há anos, que é o incentivo à plantação do castanheiro, no intuito de incentivar o cultivo da castanha de Castelões, podendo ser esta ocorrência uma grande oportunidade para a mudança para um tipo de árvore autóctone, como carvalhos e outros tipos que podem fazer grandes faixas de segurança, como disse e muito bem, o seu colega Vítor, da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, pois não é só fazer a limpeza e cortar tudo porque isso também traz inconvenientes, pois essas árvores serviam de rails de segurança à população, como de Janardo à Felgueira, local que tinha árvores de grande porte e foram cortadas naquela faixa dos 10 metros. Os eucaliptos são um problema porque crescem no tempo de Inverno, tombam para a estrada implicando mais despesas para o Município, devendo fazer-se um estudo para garantir que temos um concelho mais próspero e melhor para todos. - Pela sua experiência na freguesia de S. Pedro de Castelões, disse que quando se chamam as pessoas para se envolver nos projetos, elas ficam felizes, deixando o desafio ao Sr. Presidente da Câmara para que, com o BUPI, com o conhecimento das áreas ardidas, com a revisão do PDM, se unam e se disponibilize essa informação, dizendo que se encontrava disponível para colaborar, ir para o terreno, como costuma dizer, independentemente de onde for a área. -----

Referiu que o Presidente da Câmara já foi Presidente de Junta e sabe o seu verdadeiro valor, sabe que é um Presidente que trata de assuntos muito mais rápido e com uma resolução muito mais fácil com a colaboração da população, pois é a quem eles perguntam *“como é que vamos fazer? como é que vamos*



X = - 9 -

arranjar os tubos? ficamos sem água!” Pensou de imediato, agiu, porque não se pode andar a adiar a resolução dos problemas, caso contrário “mais vale dizer um não, que não conseguimos resolver, do que andar a adiar um problema”. Por isso, quer ali transmitir ao Sr. Presidente da Câmara, apesar de já lho ter dito pessoalmente, que não se podem deixar de resolver os problemas, frisando que, podia ele próprio pensar que não devia falar assim ao Sr. Presidente, mas amanhã, vai sentir que valeu a pena assim falar, e que aquele já o conhecia e sabe que servirá sempre a sua população, os Castelonenses, não negando ajuda, sempre que possível, a qualquer pessoa, afirmando que se deve trabalhar em conjunto, independentemente de bandeiras. -----

Sobre a floresta e a agricultura, áreas que o preocupam, depara-se cada vez mais com terrenos abandonados, que representam mais trabalhos para as Juntas de freguesia, mais problemas com os incêndios a chegar às casas, surgindo agora um problema com o PDM, a retirar mais zonas de área de construção, estando-se ainda em tempo útil para mudar essa questão no PDM do concelho, que é tão lindo, tem pessoas espetaculares e empresários do melhor. -----

Quis deixar o seu agradecimento aos bombeiros valecambrenses que foram espetaculares, incansáveis, os quais acompanhou inclusivamente em Oliveira de Azeméis, junto da Indulac, empresa que, apesar de não ser do concelho, é de empresários Valecambrenses e também foi protegida. -----

Disse ser dever de qualquer Valecambrense demonstrar o que existe de bom no concelho de Vale de Cambra, e são muitas, só que, por vezes, muita gente não sabe o que é que existe realmente de bom, porque falta mostrar, falta a comunicação que é a base de uma boa realização futura. -----

Dirigindo-se mais uma vez ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, disse ter feito uma intervenção em jeito de desabafo para com todos os Valecambrenses, mas sobretudo para com o Sr. Presidente e Câmara Municipal, por ser quem tem

poderes, que consegue disponibilizar o seu pessoal para colaborar, sabendo que com este, na qualidade de Presidente de Junta, pode contar sempre, desde a primeira hora, mas que têm de trabalhar em conjunto. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados para, a seu pedido, fazerem intervenções complementares: -----

- José António Abrantes Soares de Almeida disse querer responder às afirmações feitas na sequência da sua primeira intervenção.-----

Porque foi colocada em causa a participação e intervenção da Dr.^a Sónia Sá na sessão, bem como, noutras alturas, também a de outros membros da bancada do CDS, afirmou que os deputados do PSD e do PS não têm nada a ver com o que é a metodologia da bancada do CDS, no âmbito da sua participação nas sessões. Justificou o facto de nem todos os membros intervirem, dizendo que a sua bancada trabalha em conjunto, prepara as reuniões em conjunto, não sendo, por isso, todos os deputados obrigados a fazer as intervenções no púlpito, o que lhe é delegado na maior parte das vezes, sendo o seu discurso o resultado de uma discussão conjunta, que, poderá, em alguma circunstância, nem refletir bem o que é o seu pensamento, mas o transmite por respeitar o que é a opinião da bancada que está ali à sua frente. -----

Foi ainda dito pela Dr.^a Rosária Tavares, que as pessoas que votaram no CDS provavelmente não votariam se soubessem as irregularidades que iam ser feitas, afirmação que considera grave, querendo “desafiar” a Dr.^a Rosária Tavares a dizer a que irregularidades se refere, sendo caso “*para dizer como diz o povo, já chegámos à Madeira ou quê? É que na Madeira, quanto eu sei o seu partido é acusado de muitas delas.*” -----

Mudando de assunto e falando de coisas mais importantes, disse, pretende abordar a atividade camarária que decorreu desde a última reunião de junho, referindo-se a três eventos que julga terem sido muito importantes e que



decorreram de forma muito satisfatória. Um deles tem a ver com a educação, com as crianças e com o futuro deste concelho - o início do ano letivo. Disse ter decorrido com plena normalidade o que, a nível nacional, é considerado uma coisa boa ou mesmo, excelente. Outro evento, deu-se na área do desporto – o CambraCup/24. Sendo um evento que reúne crianças até aos 13 anos, num torneio Inter freguesias, este ano com a participação de 225 jovens, o que representa um aumento em termos de participação de 20 jovens relativamente a 2023 e de 95%, ou seja, quase o dobro relativamente à primeira edição que foi há 6 anos, considerou-o um evento que teve um grande sucesso, pelo que estão de parabéns. Um terceiro evento que quer realçar, decorreu durante o mês de agosto, na área do lazer - o Animagosto, evento que mais uma vez decorreu com muito sucesso, congregando toda a população de Vale de Cambra, tanto aqueles que vivem no concelho como, e, fundamentalmente, aqueles que já gostariam de cá viver, que são os nossos emigrantes. -----

- **João Paulo Carvalho da Silva**, pedindo a palavra para uma intervenção complementar, começa por responder ao Sr. Dr. José Soares, devolvendo-lhe a pergunta, a propósito deste ter questionado se o Governo Regional da Madeira é do PSD, pedindo-lhe que se esclareça primeiro junto do Sr. Presidente, antes de lhe fazer essa pergunta relativamente ao Governo Regional da Madeira, pois que aquele se devia estar a esquecer das coligações e de que são, há muitos anos, a “muleta” em muitos casos, não pretendendo, contudo, comentar os casos na Madeira porque também há muitas bananas em Vale de Cambra, e talvez maiores do que as da Madeira, que são pequeninas. -----

E, mudando de assunto, nesta intervenção complementar, pretende também perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, de forma direta e frontal, o que se passa, dado que nas últimas semanas têm vindo pessoas a sua casa, ou lhe ligam, a chorar, frisou, porque estão preocupadas com o novo PDM. Referiu que estas

peessoas, algumas que o viram nascer, crescer e que conhece há muitos anos, construíram as suas habitações em locais calmos onde conseguem inclusive ver veados, raposas, cegonhas, que no meio dos campos fazem com que os dias destas pessoas sejam diferentes e foi isso que as fez optar por viver no campo. Sabendo que a questão que as preocupa, se relaciona com a revisão do PDM, o qual foi apresentado na última Assembleia, onde estão contempladas três UOPG, a sete, a oito e a treze, que vão de forma selvagem destruir o sossego e a paz daqueles que escolheram a nossa terra para viver em serenidade. Assim, pergunta, tal como estes que a si recorreram, o que é que se pode fazer. Num primeiro esforço para alterar a situação, palmilharam terreno em busca de assinaturas na esperança que o Sr. Presidente as ouça e lhes diga não, estas UOPG não serão uma realidade. -----

Disse estarem ali presentes, na sala, pessoas que lutaram e trabalharam uma vida inteira, porque querem ouvir da boca do Sr. Presidente, a sua palavra de honra, que estas três UOPG não passaram de uma má ideia e de seguida, regressarem a suas casas, descansadas. Pretende, assim, ter uma resposta do Sr. Presidente da Câmara, de sim ou não, se estas três UOPG estarão ou não no documento final, agora que terminou a discussão pública desta revisão do PDM, e que o documento irá ser apresentado a esta Assembleia para aprovação.-----

Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que o faz porque torna-se difícil fazer o seu trabalho de fiscalização, apesar deste não ter culpa, pois certamente se esforçava todos os dias para garantir que os deputados municipais tivessem todos os documentos de que necessitavam, mas que naquele mesmo dia, ao fim de mais de cinco, seis meses, recebeu um despacho informando-o que lhe vão dar acesso à documentação que este precisa para fiscalizar o trabalho do seu Presidente e do seu executivo. Diz tornar-se difícil criar um estereótipo, um fio condutor daquilo que é a conduta do Município se não



tiver as atas de que precisa e que não estão como deveriam estar, no site da Câmara Municipal. -----

Considera, assim, que dois pedidos já estejam respondidos, confiando na eficácia e na eficiência dos funcionários da Câmara Municipal, alertando que também precisa da cópia dos abaixo-assinados que foram entregues à Câmara Municipal, para poder avaliar e perceber a fundo o que está escrito, o que é que estas pessoas reclamam, porque não são só sobre as UOPG, pois também são da parte de centenas de famílias que querem construir as suas casas, fixar os seus filhos, dar-lhes oportunidades, e precisam que este PDM responda às suas necessidades. -----

Disse ter pedido a 13 de setembro, a cópia do contrato n.º 55/2016, aguardando ainda a resposta, que agradece seja célere tendo em conta os prazos que são importantíssimos cumprir, como, sendo advogado, o Sr. Presidente da Mesa devia saber. -----

Pede ainda ao Sr. Presidente da Mesa, a transcrição da intervenção feita pelo Sr. Presidente da Câmara, na parte final da sessão extraordinária, uma parte que não consta em ata e, dada a justificação de que se tratava de uma brincadeira, deixou ser aprovada a ata sem essa menção, mas que gostava de ter para poder lembrar sempre dessas palavras que foram ditas e interpretadas como mero devaneio. ----

Reforça o seu pedido ao Sr. Presidente da Mesa, dizendo que precisa da sua ajuda para conseguir toda a documentação que precisa, para poder exercer as suas competências com a maior eficácia possível. -----

Findas as intervenções dos deputados municipais, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos pedidos: -----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal frisou que no início da sessão, foram ditas palavras que, quem ouvir vai pensar que eles são um

2024.09.26

conjunto de malfeitores, prevaricadores, que procuram ser pessoas que cometem ilegalidades e que privilegiavam essa forma de estar, não sendo de facto nada assim. -----

Diz que quem o conhece sabe que sempre se pautou pela seriedade, pelo serviço público, foi durante muitos anos um servidor da população de sua freguesia, Codal, e agora, também, na Câmara Municipal com dificuldades bem maiores, com desafios bem maiores, presta serviço com a mesma postura, apesar de não conseguir a mesma proximidade de quando estava na junta, dado que os desafios são bem maiores, bem como as solicitações, procurando sempre atender, mesmo assim, quem o procura, e fazer o melhor que está ao seu alcance. Além das suas funções, tem apoiado os seus vereadores, que também fazem um excelente trabalho no desempenho das competências que lhe foram delegadas, havendo, assim, uma equipa multidisciplinar que abarca várias áreas de intervenção, procurando-se em todas elas, prestar um bom serviço público. -----

Sobre a questão CASMI, tudo o que foi dito dá também ideia de que se cometeu uma ilegalidade atroz, uma ilegalidade insanável, informando que este projeto surgiu no período pós COVID, um momento difícil como muitos que a sociedade já viveu, em que as famílias viveram momentos difíceis e nessa perspetiva, constatou-se que os idosos começaram a ter problemas do foro psicológico, talvez porque estiveram muito isolados, longe dos filhos, dos netos, longe da família, registando-se muita instabilidade em todo o lado e em todas as idades, nomeadamente nas crianças, pela ausência da ida à escola, ausência do contacto com os avós, com os amigos, com as rotinas e experiências que normalmente tinham na área do desporto, da cultura, da música porque o COVID limitou a vida das pessoas. -----

A Câmara Municipal, após diálogos tidos com as Escolas, teve a noção de que alguma dificuldade comportamental estava muito ligada, muito indexada a esta



questão do COVID, tendo então sido elaborada uma candidatura, que é a maior candidatura que foi aprovada até hoje para o concelho de Vale Cambra, no valor de 3,6 milhões de euros, para aplicar em questões sociais. Posteriormente, houve uma primeira avaliação/ diagnóstico do estado de saúde mental de adolescentes e jovens, assente em modelo digital de avaliação multidisciplinar, suportado por plataforma tecnológica para uma recolha massiva de dados. Para que este projeto pudesse ser desenvolvido, foi aberto um concurso público a um mercado de concorrentes que poderia concorrer, tanto a nível nacional como internacional, com critérios bem definidos, tendo-se registado proposta de 3 concorrentes, sendo escolhida a proposta mais baixa. Aconteceu que empresa que apresentou o valor mais baixo tinha como sócia a Dr.ª Sónia Sá, sendo importante para a Câmara Municipal, que cumpra tudo o que está legislado e que cumpra o que está no caderno de encargos. O impedimento agora suscitado, esta dúvida causa, naturalmente, alguma perturbação ao bom desenrolar do projeto, projeto este que tem um *timing*, tem uma população alvo, que são as crianças, que têm avaliações intermédias e existe um prazo definido para a sua conclusão, por este ser um projeto financiado pelo PRR, sendo neste caso, um prazo muito reduzido. -----

Ainda sobre o procedimento, quer deixar claro que não houve nenhum favorecimento, nem nenhuma intenção quanto ao entregar este projeto à empresa, que se considera uma boa empresa, demonstra preocupação pelo projeto, que é um projeto inovador, um projeto diferenciador, provavelmente o primeiro projeto deste tipo a ser feito em Portugal, esperando que se possam tirar as devidas conclusões após finalizado, que este possa ser apresentado, que possa, eventualmente, vir a ser aplicado por outras entidades, por outras organizações que trabalham na questão da saúde mental. -----

Sobre os milhares de euros gastos com advogados, disse que a Câmara Municipal tem, como sempre teve, não apenas após a sua posse, um Gabinete de

2024.09.26

consultadoria, que é o mínimo e, com valores relativamente reduzidos para aquilo que é praticado no mercado, concordando que esta questão da CASMI obrigou a Câmara Municipal a gastar 5000€ para a emissão do parecer sobre o assunto. ----

No seguimento de outras intervenções, disse que geralmente o português é perito a fazer comentários, a fazer as definições táticas, quase como no futebol, mas provavelmente não há, obviamente, tirando os bombeiros, nenhuma pessoa neste concelho que tenha estado tantas vezes na linha da frente, presente ao lado dos bombeiros, como ele próprio, e faz esta afirmação, não por publicidade à sua pessoa, o que é contrário aos seus princípios, mas fá-lo porque tem dado tudo de si no desempenho das funções públicas, tanto na altura que era Presidente de Junta, como agora nas funções de Presidente de Câmara, em que nunca se esconde, não foge, seja qual for a situação, pois não deixou de puxar mangueiras como aconteceu no incêndio de Felgueiras para salvar instalações privadas, casas habitadas, tendo estado sempre tanto de dia como de noite e fez tudo o que achava que devia fazer para salvar Vale de Cambra e os Valecambrenses, apesar da falta de meios porque os incêndios ativos eram muitos, e as corporações de bombeiros não tinham meios de chegar a todos. Procurou fazer sobretudo uma gestão equilibrada nos momentos críticos em que só lá estavam os nossos bombeiros, que são extraordinários, que são os heróis e eles sabem o que eu penso deles, nem sequer preciso de o aqui mencionar, não havendo sequer necessidade de, no pós incêndio, encenar o carinho que todos devem ter sempre para com os bombeiros, frisou. -----

Mesmo aquando do incêndio de maior dimensão, nos momentos mais delicados, nunca existiu um perigo generalizado, dado o trabalho de coordenação que existiu, tendo sido tudo ponderado, tudo previsto e, dentro daquilo que era possível fazer, o que as condições climatéricas permitiam, considera ter sido feito um excelente trabalho, estando, evidentemente Vale de Cambra grata aos nossos



bombeiros em primeiro lugar e também a todos aqueles que ajudaram, que estiveram na retaguarda, todas as pessoas que estiveram ao nosso lado. -----

Sobre algumas inverdades ali ditas, nomeadamente quanto à questão da gestão de combustível na periferia das zonas industriais, e relativamente a ninguém atender os telefones, a questão é saber para onde ligaram, porque atendeu todas as chamadas e quando não podia, devolvia a chamada, achando estranha essa ocorrência, que poderá somente justificar-se por haver zonas sem rede. -----

Em relação à limpeza das faixas de gestão de combustível na zona industrial, informou estarem adjudicados esses trabalhos, havendo contudo, neste momento, em Portugal uma imensidão de trabalho nesta área, não sendo muitas as empresas e as que existem têm de se socorrer de mão-de-obra estrangeira, dada a dificuldade em dar resposta aos pedidos das câmaras municipais.-----

Sobre a informação proferida quanto à operacionalidade dos tanques de água para os helicópteros ou eventualmente veículos terrestres se abastecerem, afirmou que sabe que estes tanques estão todos operacionais, nunca tendo dito o contrário. Tanto que, na sua verificação no pós incêndio, logo que constatou que em Janardo o tanque ficou sem abastecimento de água, pediu imediatamente a reparação da situação e, perguntando a razão, soube que tinha sido utilizada uma máquina de rastros para fazer uma abertura para a contenção do fogo e cortou o tubo. -----

Frisou mais uma vez que não faz afirmações sobre que o desconhecimento da situação dos tanques, porque isso não acontece. -----

Sobre a afirmação de que se gastou quarenta e tal mil euros com um advogado, disse não saber onde vão buscar tais valores, gostando até de o saber, mas, em sua opinião, esta não é uma boa forma de fazer política, fazendo estas afirmações graves, além da forma gratuita como estas questões são feitas,

afirmou que a política tem que se fazer com elevação, com princípio, com regras, com respeito e não assim.-----

Quanto ao afirmado sobre os incêndios pela deputada municipal Ana Rita Martins, disse ter ponderado as suas palavras, respondendo que houve algumas situações críticas nas quais nunca deixou de haver controlo, em todas as situações não houve nem um risco profundo, ou seja, Janardo teve sempre uma circulação aberta, a escola de Janardo esteve sempre a funcionar, nunca teve fumo na escola, as crianças estiveram em segurança, ele próprio esteve de manhã, à hora de almoço e a meio da tarde com os professores para os tranquilizar e não houve nenhum problema. Se houvesse necessidade, já havia um plano de evacuação definido para a fazer, um espaço de retaguarda para colocar as crianças e meios de transporte disponíveis para fazer essa evacuação. Os pais foram todos avisados da situação, as crianças estavam tranquilas e só uma criança foi levada pelo pai para ficar com a avó, conforme presenciou no local.-----

Sobre a questão dos Drones, disse desconhecer o programa, sabendo que há programas para a colocação de câmaras, mas que já havia uma instalada na serra de Lordelo para visualizar todo o interior do concelho, outra em Lafões, que também faz a leitura e a visualização do território de Vale de Cambra e ainda uma outra colocada do lado de Arouca, que também faz essa visualização para uma parte do nosso território, sendo estas geridas pela GNR. -----

Quanto à questão da pá de rastos, referiu existir sempre disponível uma pá de rastos que, não sendo do município é contratada para situações de emergência ou para a abertura de caminhos, tendo sido feita a limpeza de dezenas e dezenas de quilómetros de caminhos florestais que foram limpos e requalificados. A Câmara Municipal nunca deixou de fazer esse trabalho e, a propósito desse equipamento e porque a deputada nele falou, referiu uma história que apelidou de



curiosa e um bocadinho caricata, sobre o desaparecimento de uma máquina destas, durante um mandato do partido da deputada, o qual a deixou destruir. -----
Quanto ao CAE, disse não haver qualquer incumprimento, que foi tudo esclarecido e que a Academia de Música sabe que mudará as instalações quando o CAE tiver as vistorias todas em conformidade. -----

Quanto à questão dos bairros digitais, disse estarem sempre muito ligados ao comércio, às associações empresariais e comerciais e, apesar de ter havido essa possibilidade de candidatura, a Câmara Municipal já tem tantas candidaturas, noutras áreas, é certo, que lhe era impossível conseguir estar em todo o lado. -----
Tendo sido feita uma afirmação pelo deputado Municipal João Carvalho da Silva, de que a obra do CAE foi a única obra que fez e mais nada, disse que para as pessoas perceberem a dimensão da forma como as coisas são ditas, diz procurar dizê-las sempre com tranquilidade e sempre com verdade, que *“temos que ser verdadeiros” “dizer a verdade e não enganar as pessoas”* porque essa forma de comunicar, de transmitir às pessoas aquilo que, tendo sido feito, é dito que não foi feito, não é o correto, porque quando chegou à Câmara, não havia investimento na água e no saneamento há muitos anos, e nos mandatos do CDS/PP, já foram investidos 4 a 5 milhões de euros. -----

Quanto às estradas municipais, tem sido feito um esforço para ter as vias de comunicação em boas condições, apesar de serem muitas e não ser sempre possível, olhando à capacidade financeira do município.-----

Na habitação, disse estar a fazer-se um investimento histórico no concelho de Vale de Cambra, com a consignação de 20 fogos que vão ser construídos, aparte dos outros investimentos, como os das escolas, praticamente requalificadas, com excelentes condições, com bons equipamentos, com tecnologia de ponta, coisa que não acontecia quando chegou à Câmara Municipal, existindo agora um excelente Parque Escolar no nosso município.-----

2024.09.26

Na educação, o município investe 3 milhões de euros por ano.-----

Na proteção da floresta, são dezenas de quilómetros de caminhos florestais requalificados, como já tinha referido.-----

Na cultura é feito investimento através do apoio ao associativismo, existindo inúmeras iniciativas, inúmeros eventos que enriquecem a nossa comunidade, sendo um orgulho para este executivo, o ter dado o maior apoio de sempre ao movimento associativo, o que tem tido resultados, pois tem vindo a crescer, o que não acontecia, quando o executivo era do partido do deputado municipal João Carvalho da Silva.-----

Frisou ainda o grande apoio que tem sido dado às Instituições Particulares de Solidariedade Social. -----

Depois, e conforme palavras do senhor deputado municipal João Carvalho da Silva, disse que ver veados em Vale de Cambra, o espantou, pois era novidade para si a existência de veados no nosso território, o que, a assim ser, teria de seriamente pensar em criar uma medida de proteção aos veados de Vale de Cambra.-----

Ao Presidente da Junta de Macieira de Cambra, respondeu que a questão dos incêndios florestais e da proteção é efetivamente importante, sendo feitas pela Câmara Municipal, notificações a dezenas de proprietários florestais.-----

Sobre a questão da recolha de lixo, que considera ser também um problema cultural, disse que devia haver algum respeito pelas regras, pelos princípios, pois todos sabem que os contentores são para os resíduos domésticos. Para monos, é só ligar para a linha de apoio para esse tipo de recolha, sendo proibida e um crime, a deposição de amianto nos contentores. -----

Quanto ao pavimento da Rua de Malhundes- Paiço, terá de ver, mas julga ser uma rua de paralelos, já com alguma idade cuja inclinação pode provocar problemas na condução das viaturas.-----



2024.09.26

ATA Nº 6124

FL Nº 160

Y - - S

Respondendo ao deputado municipal José Hermínio sobre adquirir uma cisterna para recolha de águas residuais, disse que, em alguns sítios, é uma necessidade sendo uma proposta interessante e a ser pensada.-----

Quanto à limpeza da ER 227 que mencionou, acrescentou a ER 224 dizendo que ainda naquela semana contactou a Infraestruturas de Portugal a pedir a limpeza desta última, tendo, contudo, vindo a ser feitas as limpezas de acordo com uma programação, uma periodicidade, mas que, em 2 a 3 meses tudo volta a ficar como estava.-----

Sobre a aquisição de limpa bermas, atualmente estão a ser limpas por uma empresa contratada que tem limpo dezenas de km de bermas que são da competência da Câmara.-----

Sobre a questão da invasão dos campos por javalis, disse ser esta uma competência do ICNF, tendo já alertado esse organismo para, em articulação com as associações de caça do nosso concelho, a execução de montarias para abate de alguns animais.-----

Disse concordar que se deve privilegiar o trabalho em conjunto como referiu o Presidente da junta de Freguesia de São Pedro de Castelões. Quanto ao kit de combate a incêndios pensava que essa Junta tinha sido contemplada por um dos que o Governo em tempo distribuiu. Arões e Rôge têm, mas a questão pode ser verificada junto das entidades competentes.-----

Quanto à questão da plantação dos castanheiros e dos carvalhos, disse que o projeto foi lançado em conjunto, foi um trabalho feito em colaboração com a Câmara Municipal. Foi assumido esse compromisso e também o de criar um regulamento e um incentivo para a produção de castanha, particularmente a castanha de São Pedro de Castelões. O que tem sido feito tem dado bons resultados, sendo certo que o resultado final que se pretende, que é castanha,

não se obtém em 2, 3 ou 4 anos, é preciso mais de tempo, mas se nunca plantarmos, nunca teremos castanha. -----

Sobre o trabalho em conjunto e trabalho de proximidade, disse ter sido uma realidade nos incêndios, onde ambos estiveram ao lado dos bombeiros, agradecendo o desempenho do Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões naquele cenário difícil, mas que conseguiram suplantar com relativo sucesso. -----

Aproveitou para expressar a sua solidariedade para com os municípios vizinhos, Oliveira de Azeméis, e particularmente Albergaria e Sever do Vouga, que registaram enormes áreas ardidas com consequências brutais, perda de casas, perda de fábricas, perda de viaturas, perda de vidas humanas, muito mais grave que em Vale de Cambra onde se propagaram, gerando alguns momentos complicados que não foram veiculados na comunicação social por não se associar a território de Oliveira de Azeméis, onde teve origem.-----

Por último, respondendo ao desafio do deputado municipal de João Carvalho da Silva quanto à questão do PDM, disse que terminou o período de discussão pública no dia 23, indo dar-se início à análise das reclamações, sendo nessa fase que será dada a resposta, não o fazendo por antecipação. Por uma questão de princípio e por uma questão de correção, esta discussão pública deve ter o seu desfecho, depois de abertas as urnas onde estão colocados contributos, trabalho que será feito nas próximas semanas, o mais rápido possível, o mais objetivo e acima de tudo, no sentido de defesa daquilo que são os legítimos interesses dos valecambrenses, das pessoas, das famílias daqueles que querem construir e não podem, e temos que ver como é que se consegue ultrapassar todas as situações e os constrangimentos que as várias entidades colocam, e que tudo fará para que seja um documento melhor do que foi a versão que chegou à discussão pública. --



[Handwritten signature]

- **Pedindo a palavra, o deputado municipal João Paulo Carvalho da Silva,** disse pretender abordar novamente a questão das UOPG, e dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, lembrando-o que ele tinha dito uma coisa que para si é explícita, mas que aos ouvidos das pessoas não é, quando afirmou que nunca iria contra a vontade do povo, mas constatou que existe um problema que já mobilizou centenas de pessoas, mais de oitocentas pessoas, e de facto na sua opinião, trata-se de uma questão política, que parte da estratégia do Sr. Presidente, e nesse sentido pediu-lhe um esclarecimento para si e para os presentes, para que as pessoas possam descansar e possam no fim da discussão pública, vir a saber da boca do Sr. Presidente que ele está sensível e que efetivamente não vai contra a vontade popular e que irá retirar as três UOPG, sete, oito e treze do novo PDM. -----

Quando o Sr. Presidente falou nas suas grandes obras, ele só ouviu falar nas obras que este vai fazer, e lembrou ao Sr. Presidente que ele quando chegou à Câmara Municipal, pelas mãos do PPD/PSD teve um quartel dos bombeiros, um quartel da GNR, um tribunal, umas piscinas, e todas as escolas e as melhores infraestruturas. Questionou o Sr. Presidente se ele queria discutir as obras que não foi capaz de fazer em doze anos, e que foram feitas nos mandatos do PPD/PSD, pois as principais obras e as principais infraestruturas do concelho foram feitas por eles e orgulha-se disso e das pessoas que passaram pela Câmara Municipal.-----

Referiu que o Sr. Presidente tinha dito que as escolas nunca tiveram condições, mas na sua opinião, ele tem a obrigação de zelar por aquilo que eles construíram, e também não concorda quando ele disse que não fizeram nada, porque o edifício onde se encontra foi requalificado durante o mandato do PPD/PSD. -----

Concluiu admitindo que todos cometem erros, e que devem aprender com eles, e que ninguém pode apagar a história que está à vista de todos, havendo em cada

canto, uma marca do PPD/PSD no crescimento e no desenvolvimento da nossa terra. -----

- **Ana Rita Fernandes Martins** sugeriu que a aquisição de um drone pela Câmara Municipal, poderia ser benéfico na ajuda ao combate dos incêndios florestais, e teve conhecimento que houve um parecer negativo, que impediu a Câmara Municipal de aceder ao concurso para a aquisição do drone, cujo o custo seria de cerca de oito ou sete mil euros. Também tem conhecimento que existem câmaras de filmar, que estão sobre a tutela da GNR.-----

Tendo em consideração que o Sr. Presidente não teve conhecimento da situação, pediu-lhe que se informe internamente, para que depois a possa esclarecer.-----

Quanto ao que o Sr. Presidente disse, em relação a uma máquina que foi vandalizada no mandato do PSD, não percebeu o que é que o anterior executivo teve a ver com isso, ou qual foi a responsabilidade, porque entendeu que estão a culpabilizar o PSD ou o mandato do executivo do PSD por essa questão, pois o que sabe é que a máquina de arrasto é subcontratada por um período de x horas nos períodos críticos, e sugeriu que talvez pudesse fazer sentido a aquisição de uma nova máquina de arrasto, para fazer os trabalhos de prevenção contra os incêndios durante o Inverno.-----

- **Manuel Correia de Campos**, no uso da palavra, disse que pretendia fazer a defesa da sua honra, e de seguida afirmou que o Sr. Presidente da Câmara tinha mentido, e perguntou-lhe se ele tinha ido aos depósitos da água a Codal.-----

Informou que no dia da sessão, falou com o senhor comandante dos bombeiros, que lhe disse que o acesso está intransitável, mas acredita no Sr. Presidente da Câmara. Quanto ao dinheiro que falou de advogados, consta nas contas da Câmara Municipal, quarenta e seis mil euros.-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----



2024.09.26

ATA Nº 6/24

FL Nº 162

8 - 8

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, sobre a visita aos depósitos da água em Codal, esclareceu que em momento algum tinha dito na sessão, que tinha ido aos depósitos a Codal. Efetivamente disse que tinha ido ao reservatório de Janardo no dia a seguir ao incêndio, e por isso, o que o Sr. Presidente da União de Freguesias disse, não corresponde à verdade, porque não tinha dito que tinha ido aos reservatórios de Codal. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos vereadores.-----

O vereador Frederico Martins, cumprimentou todos os presentes. -----

Em resposta à interpelação direta, que o deputado municipal João Paulo Carvalho da Silva efetuou na sessão da Assembleia Municipal de 27 de junho, nomeadamente no que diz respeito ao contrato celebrado entre o Município e a CASMI, e, conforme o seu compromisso perante a Assembleia, esclareceu o que até à data é conhecida a resposta do Ministério Público e do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, fazendo a intervenção que a seguir se transcreve: -----

"No seguimento do por mim exposto na Assembleia de 27 de Junho, enquadro assim, aquilo que foi o desenrolar do trabalho do vereador do PSD da oposição, como assim foi indicado e solicitado pelo Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, sobre a execução do contrato público 49/23 no valor de 334.750€ (trezentos trinta e quatro mil e setecentos e cinquenta euros), celebrado após concurso público, realizado para a aquisição de serviços de avaliação de estudo de saúde mental das crianças, adolescentes e jovens, com recurso a sensorização IoT modelos inteligência artificial, entre o Município de Vale de Cambra e a empresa Casmi Lda, tendo o senhor deputado municipal, à data, via secretariado da Assembleia Municipal, entregue em mão à minha pessoa, o referido contrato, (que está em detalhe no portal base.gov.pt), a cópia da publicação dos atos societários e de outras sociedades à entidade Casmi Lda,

2024.09.26

cópia do parecer do INF_DSAJAL_TR/1128/ 23 da CCDR 27/01/23 e cópia do Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 2/2020, dos quais somente tomei conhecimento nessa mesma hora. -----

Sobre a questão, venho dizer o seguinte: O vereador Frederico Martins vem dizer que até à presente data, unicamente deliberou na reunião de Câmara um voto contra e justificado, neste caso, porque paralelamente existia a decorrer um processo relativo à nomeação dos cargos de chefia em regime de substituição, no qual, existia uma séria dúvida quanto à legalidade e, neste caso, o ponto foi votado contra, não porque seria contra o projeto, diga-se, isto porque os piores visados seriam certamente as crianças, que são os principais beneficiados deste projeto. Nessa reunião de Câmara foi apresentado, como habitual, a redação das comunicações entre as chefias de divisão, com seus respetivos comentários e sugestões ao executivo sobre o tema em apreço, bem como os mapas contabilísticos e cadernos de encargos relativos a esse tema e ressalvo, única e exclusivamente esses documentos. -----

Note-se que, em todo o procedimento administrativo procedente à reunião de Câmara de 18/04/24, o vereador Frederico Martins, do PSD, não residente e na oposição, sem pelouros, repito sem pelouros, com reuniões de regularidade quinzenal, não teve qualquer interferência, a não ser, a partir do momento em que o senhor deputado João Paulo Carvalho da Silva mencionou aqui nesta casa, estes referidos temas e alegadas irregularidades; note-se ainda que, após a reunião de Câmara de 18/04, este procedimento teve, conforme o Sr. Presidente disse e muito bem, o procedimento normal, que é um trâmite num concurso público onde houve três empresas que deram resposta e a partir daí, dentro daquilo que é a legalidade, do caderno de encargos em si, cumprindo o que era o estipulado, venceu a empresa Casmi, Lda como viemos a constatar; posteriormente à exposição da Assembleia Municipal feita e na imediata



2024.09.26

ATA Nº 6/24

FL Nº 163

7-8

consequente reunião de Câmara que tivemos, foi questionado o executivo sobre este tema, sobre esta situação, e foi dada nota que o mesmo contrato tinha sido suspenso pelo Sr. Vice-Presidente, então, o Dr. António Alberto Matos Gomes, com efeitos imediatos até clarificação cabal da situação, como não poderia deixar de ser, e que foi solicitada a apresentação, com urgência, do parecer jurídico sobre esta matéria, e que o mesmo seria solicitado externamente, reforçando, em suma, que neste tipo de situações não podem existir quaisquer tipos de dúvidas sobre a legalidade dos contratos celebrados. -----

Nas reuniões seguintes da Câmara Municipal foi sempre questionando se o parecer jurídico externo sobre esta matéria já tinha dado entrada nos serviços do Município para a respetiva análise, até ao passado dia 25/09, onde o Sr. Presidente da Câmara Municipal, num comunicado via e-mail, anteriormente pessoalmente, e agora também na informação Municipal, ponto da Assembleia Municipal, fez constar informação quanto ao teor do parecer jurídico externo, da decisão do Ministério Público, bem como do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro e respetivo despacho sobre esta matéria. -----

Concluindo, venho dizer-lhe que face à quantidade de informação remetida para decidirmos sobre esta matéria, o tempo útil que o vereador Frederico Martins dispõe, o tempo que se teve para análise da essência e da utilidade deste procedimento, venho dizer ao Sr. deputado municipal, que realmente fiz o meu trabalho com a consciência completamente tranquila. Dizer-lhe mais, Sr. deputado, fiz nesse trabalho e neste processo, aquilo que faço noutros e em vários procedimentos da Câmara municipal, basta para isso lerem-se as atas, onde constam efetivamente todas as sugestões que são feitas, muitas vezes até alguns reparos, há discussão, que não pode deixar de haver, há consensos, muitas vezes, outras vezes não e, em algumas vezes, até há pontos que são retirados para melhor análise. Nós já fizemos isso, estou eu aqui, está o Dr. Tiago

Fernandes, também numa situação semelhante à minha e, portanto, quero dizer ao Sr. deputado que realmente aquilo que nós fazemos, fazemos por um Município melhor, pois de facto, essa é a melhor honra que podemos atribuir a uma pessoa que ocupa um cargo público, é trabalhar em prol do Município. Mas realmente, ó Sr. Deputado, a troco de uma simples senha de presença, ao contrário de alguns, que publicitam que se ganha um vencimento equivalente ao de um vereador em funções plenas, aquilo que digo aqui perante todos é que o trabalho que é feito pela minha pessoa, é feito com entrega total das disponibilidades e dos meios que eu tenho à data e, com isso, venho reforçar e dizer que o trabalho da minha parte foi feito com a devida e célere apreciação e conforme assim mereceu e já agora respondo-lhe ao desafio: Eu sou vereador sem pelouros, quando tiver competências delegadas, se as tiver para assumir qualquer contrato, eu responderei à sua questão e ao seu desafio. -----

O vereador Tiago Fernandes cumprimentou todos os presentes.-----

Em relação à transmissão online da sessão da Assembleia Municipal, disse que viu com especial agrado 283 pessoas online, lembrando que é um bom exercício dos fundos públicos que está a ser feito e apelou para que no próximo orçamento a ousada maioria do CDS, reforce a verba para que seja criado um meio permanente e contínuo não só nas sessões da Assembleia Municipal, mas também nas reuniões da Câmara Municipal, a bem da transparência.-----

Tendo em consideração aquilo que disse o deputado municipal João Carvalho da Silva, na sessão da Assembleia Municipal de junho, quando referiu que os vereadores da oposição “estavam a dormir”, em relação à verificação do contrato que foi feito entre a Câmara Municipal e a empresa Casmi, e também ao facto do próprio ler atentamente as atas das reuniões de Câmara, no seu entendimento é obrigação de todos os membros da Assembleia Municipal, ler as atas das reuniões de Câmara, porque é o dever de cada um deles, quer falem mais, quer



2024.09.26

ATA N.º 6/24

FL. N.º 164

Y = - 8 -

nunca falem, todos tem a obrigação de ler o trabalho da Câmara para o poder fiscalizar. Frisou que se os membros da Assembleia Municipal não leem a documentação, sinceramente não sabe como é que farão a fiscalização do trabalho da Câmara, que é uma das suas competências.-----

Sobre o procedimento do Casmi, fez um requerimento dirigido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, tendo solicitado todo o processo, o qual lhe foi entregue, e onde consta toda a informação, desde o lançamento internamente na autarquia, que foi o Sr. Presidente da Câmara que o fez, ao lançamento do concurso público, as várias partes, e portanto sobre o procedimento de contratação pública, tem zero dúvidas, tendo sido feito de forma exímia pelos serviços e não tem nenhuma dúvida quanto ao resultado e teve a oportunidade de o dizer informalmente e formalmente nas reuniões de Câmara. -----

Na sua análise o que está em causa fundamentalmente, é num lado haver uma questão que se chama forma, e no outro lado uma questão que é a substância, e em face disso não tem dúvidas nenhuma da pertinência desse projeto, nem quanto aquilo que é a qualidade do trabalho que a Casmi faz. Foi colocado em causa se um membro da Assembleia Municipal podia ou não fazer um contrato com a Câmara Municipal, e na sua opinião se fosse Presidente da Câmara por uma questão de isenção, ética, princípios e transparência, a que se acrescentaria depois uma outra, de segurança jurídica, não tomaria a iniciativa de fazer contratos com membros da Assembleia Municipal, e também evitaria a criação de ruído que neste caso ocupou, mais de metade do período de antes da ordem do dia, e que depois leva a criar situações na praça pública de que andam a criar favorecimento, o que denigre e perturba o trabalho que é feito, e do qual não tem dúvidas nenhuma que está a ser feito com mérito, até porque conversou com técnicos que acompanham o processo e que o elogiaram sucessivamente, mas considerou que seria preventivo evitar esse tipo de situações.-----

Falaram em política espetáculo, e na sua perspetiva tanto o CDS como o PSD devem de se focar naquilo que é essencial, ou seja na defesa do concelho, e também foi por isso, que quando se disponibilizou para essa questão, mais do que uma insígnia partidária, aderiu ao projeto que tinha como um lema, todos por Vale de Cambra e a palavra todos, era fundamental, para que todos em conjunto olhassem para o concelho e trabalhassem sobre ele.-----

Replicando o desafio, e dando-lhe um outro ao senhor deputado, informou que é um vereador que apresentou um requerimento ao Sr. Presidente da Câmara em 18/10/2021 e que de momento deve ter uma taxa de resposta de 30% do documento, admitindo que não é normal este tipo de situações acontecerem, da mesma maneira também disse só tomou conhecimento nos últimos dias quando teve acesso à informação municipal, que uma deliberação da Câmara Municipal onde participou, está a ser impugnada em tribunal, tratando-se de uma multa de novecentos e tal mil euros aplicada à Socértima que é a empresa que fez o Centro de Artes e Espetáculos e que o executivo decidiu aplicar, e que está a ser alvo de uma ação em tribunal contra a Câmara Municipal, e portanto fez parte do ato de deliberação e faz parte da Câmara Municipal e não teve conhecimento, e de facto isso indignou-o, porque lhe dificulta o seu trabalho na Câmara Municipal, não havendo a partilha de informação, e por isso também deixou o desafio aos membros da Assembleia Municipal para sensibilizarem a Câmara Municipal, não só a ser mais célere nas respostas quando pedem alguma informação, mas também na partilha de informação com os vereadores da oposição. Acrescentou que o Sr. Presidente falou dele e da equipa a quem delegou funções, mas quer no seu caso como no caso do vereador Frederico Martins, não tem residência nem gabinete na Câmara, porque lhes foi dito que não havia nenhuma sala disponível para atenderem o munícipe, e portanto isso foi dito está em ata, e não tem meios nenhuns à sua disposição, tornando-se muito difícil para si a obtenção de



qualquer informação e também muito difícil fazer um trabalho de oposição em Vale de Cambra, porque se confundem as coisas. -----

Realçou a preocupação que existe na população relativamente às suas habitações, e a preocupação dos industriais que querem fixar cá as pessoas, para poderem continuar a manter os seus negócios e consequentemente crescer, porque isso é que é fundamental, e falaram na sessão dos fogos, contratos, PDM mas considerou necessário começarem cada vez mais a falar das palavras, pensar, prevenir e agir atempadamente, em detrimento da palavra reagir, aconselhando o aproveitamento das oportunidades que a Assembleia Municipal proporciona para que a população seja ouvida e manifeste a sua vontade na sessão ou que se expresse direta ou indiretamente através dos seus eleitos, e também através de si que tem sido muitas vezes abordado por ela.-----

Alertou os membros da Assembleia Municipal para o facto de o concelho de Vale de Cambra estar a perder população aos rios, considerando ser um tema que ainda não tinha sido abordado e que entre os censos de 2001 e os censos de 2021 houve uma perda de população de mais de 3000 habitantes. Questionou como é que será possível conseguir garantir futuro, num território que perde população a rodos, pois pessoalmente não consegue responder, mas lançou o desafio a todos os presentes para pensarem nisso a sério.-----

Concluiu dizendo que está disponível para ajudar e para contribuir no que for necessário.-----

O Sr. Presidente da Mesa disse que o senhor deputado João Carvalho da Silva, enquanto autor de expressões consideradas ofensivas, tem o direito a tecer as considerações e a dar as explicações que entender, caso assim o entenda, e nessa medida deu-lhe a palavra para esse efeito.-----

João Paulo Carvalho da Silva disse que, com bom grado, recebeu o desafio do vereador Tiago Fernandes, e agradeceu-lhe a explicação que deu referente ao

contrato que foi feito com a Casmi. Esclareceu que em momento algum, ou em circunstância alguma, pôs em causa o projeto e que, de facto a sua questão referia-se exatamente à forma, não havendo uma questão de substância, até porque não tem conhecimentos técnicos para avaliar o estudo que está a ser feito, mas aquilo que o perturbou, foi o facto da senhora deputada municipal Sónia Sá, ser membro de um órgão da Assembleia e ter feito um contrato com a Câmara Municipal. -----

Referindo-se ao caso do Município ter contratado uma empresa de táxis para o defender juridicamente, afirmou que isso não faz sentido nenhum, que se torna caricato e difícil de explicar às pessoas, e que o Sr. Presidente deve ser o único Presidente de Câmara no mundo, que contratou uma empresa de transportes para fazer assessoria jurídica. Acrescentou que também devia de ter feito esse desafio, aos senhores vereadores. -----

Tranquilizou o vereador do PSD, dizendo que sabe perfeitamente o esforço que ele faz e o esforço que dedica às reuniões da Câmara Municipal, até porque esteve presente numa reunião de Câmara e viu a sua preocupação em relação ao caso da Casmi e, a sua preocupação em relação ao facto de haver ou não, um parecer que sustentasse esse caso, não tendo dúvidas disso. Referiu que tem conhecimento do esforço e dedicação que os vereadores da oposição têm demonstrado, apesar dos meios que não têm, porque não recebem o que ganham os vereadores a tempo inteiro que é uma “pipa de massa”, e com poucos meios e com poucos recursos, têm feito um trabalho notável. Agradeceu-lhes pelo trabalho que fazem, e disse-lhes que podem sempre contar com ele para partilhar documentos e também com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ausentou-se definitivamente, o deputado municipal Jorge Tiago Leite de Pinho.-



(Handwritten signature)

Será cumprido o previsto no n.º 2 do artigo 39.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem do Dia, com a presença de 25 deputados municipais (20 diretamente eleitos + 5 por inerência da função de Presidente nas Juntas de Freguesia):-----

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
acerca da atividade desta e da situação financeira do município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do **Anexo I**, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações (RJAL): -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, disse que o relatório da atividade municipal, é apresentado aos deputados da Assembleia Municipal tão exaustivo quanto possível, em relação à informação que vem toda vertida e toda escarpelizada nesse relatório.-----

Considerou importante no que diz respeito à educação, dar nota de toda essa atividade municipal, que foi comunicada na vertente daquilo que são as várias atividades, as obras e todos os investimentos, bem como a situação financeira do município. Como há bem pouco tempo, teve início o ano escolar, julgou oportuno fazer a leitura de uma pequena informação, nos exatos termos que foi escrita e que a seguir se transcreve: -----

“Vale de Cambra: Ano Letivo 2024/2025. -----

CÂMARA MUNICIPAL REFORÇA APOIOS PARA A EDUCAÇÃO.-----

Com o ano letivo a iniciar, a Câmara Municipal de Vale de Cambra divulga o reforço na Educação de todas as crianças e jovens, em idade escolar, e que residem no nosso concelho. Trata-se de um plano de apoio que pretende acima de tudo, criar sinergias na comunidade educativa garantindo um percurso

inclusivo e igual para todos os alunos. Desde o pré-escolar até ao final da vida académica. -----

Apostando claramente numa Educação de qualidade para todos, a Câmara Municipal de Vale de Cambra reforça a aposta em programas educativos, bem como na ação social escolar para o novo ano letivo, trabalhando para acompanhar as exigências do aumento do custo de vida das famílias.-----

São medidas que refletem o investimento que a Autarquia tem vindo a fazer na educação e que neste ano ascendem, no total, aos cerca de **três milhões de euros**. -----

O Presidente da Câmara, José Pinheiro, explica que “é com redobrada atenção e exigência que trabalhamos a Educação, favorecendo condições de igualdade no acesso a recursos básicos e a um percurso educativo bem sucedido”.-----

Para o ano letivo de 2024-2025 destacam-se assim, as seguintes medidas de ação social escolar:-----

- O Município de Vale de Cambra assume a totalidade dos custos inerentes à aquisição dos cadernos de atividades, correspondentes aos manuais escolares adotados pelo Agrupamento de Escolas e um kit de material escolar completo.-----

Esta medida abrange os alunos que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho, representando um investimento municipal de cerca de 36 mil euros. -----

- A Colep Packaging associou-se ao Município com a oferta (que está agendada para o 1.º dia de aulas) de uma lancheira às crianças da Educação Pré-Escolar.---

- Também os alunos a partir do 5º ano beneficiam dos apoios do Município através do crédito de 25€ em cartão do aluno e que poderá ser utilizado para pagamento de despesas escolares.-----

Para além destes apoios diretos aos alunos, o Município disponibiliza:-----



- As refeições escolares aos alunos que frequentam os jardins de infância da rede pública e Escolas de todos os ciclos de ensino.-----

- As atividades de animação e apoio à família na educação pré-escolar, assumindo através do orçamento municipal, em média, 45% da despesa inerente à dinamização desta resposta, comparticipada pelas Famílias e pelo Ministério da Educação.-----

- As Atividades de Enriquecimento Curricular dirigidas aos alunos do 1º ciclo e ensino básico que permite a oferta de atividades na área da Música, Probótica, Expressão Física Expressões Artísticas. -----

- Bolsas de Estudo para alunos/as do ensino secundário, pós-secundário (CTeSP e CET) e ensino superior (licenciatura e mestrado).-----

De realçar os projetos educativos que o Município tem vindo a reforçar:-----

- Implementação de projeto no âmbito da **Educação e Transição Digital**, que prevê a dotação do agrupamento de escolas de Búzio com **duas salas de futuro** para a dinamização das competências STEAM, robótica, programação e inteligência artificial, um investimento que ascende aproximadamente aos 180.00,00€.-----

-Continuidade do “**Raízes**”, projeto que dará continuidade ao trabalho de **apoio psicoeducativo e de terapia da fala** a alunos do 1º ciclo sinalizados e crianças do último ano do pré-escolar.-----

- Dinamização do IMPARIDADES, **um programa de resposta aos alunos com autismo, através de um terapeuta especializado a tempo inteiro, financiado pelo Município. Este projeto decorre através de um acordo institucional entre o Município, o Agrupamento de Escolas do Búzio e a Cooperativa Focus.**-----

Trata-se de um processo de consolidação de uma política educativa focada na disponibilização de um conjunto de recursos que permita "colocar a educação como um meio privilegiado de promoção de justiça social e de igualdade de

oportunidades" contribuindo para que todas as meninas e meninos completem o ensino obrigatório, equitativo e de qualidade, conduzindo-os a resultados de aprendizagem relevantes no seu crescimento".-----

Acrescentou que o texto que leu é um complemento à informação municipal, que no fundo consubstancia de facto um reforço e uma preocupação grande, na área da educação.-----

Informou que a Câmara Municipal em 26/09/2024, na presença da equipa diretiva da ULS Entre Douro e Vouga, entregou ao Centro de Saúde, às ULS. ao CSP de Macieira de Cambra e Arões, quatro viaturas novas, elétricas, que ficarão ao serviço da comunidade, para que os médicos e os enfermeiros possam fazer domicílios, com mais segurança e economia no apoio às famílias.-----

Referiu que a disponibilização de meios, é essencial para haver um melhor trabalho na área da saúde, acrescentando que a Câmara Municipal ofereceu uma cadeira de dentista, ao Serviço Nacional de Saúde de Vale de Cambra, para que funcione um serviço de apoio na área da estomatologia, tendo sido contratado um novo médico, que muito brevemente vai começar a fazer os tratamentos com as marcações que já tem, sendo mais um passo no sentido de aproximar a saúde da nossa população. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à deputada municipal:-----

- Ana Rita Fernandes Martins disse que não concordava com a afirmação do Sr. Presidente, acerca de constar bastante informação na parte financeira, do relatório da atividade municipal. Considerou o quadro da situação financeira, disponibilizado na página 58 muito resumido e, atendendo que a Assembleia só reúne de três em três meses, pretendia a disponibilização de uma informação mais alargada, para ter uma melhor noção do estado financeiro da Câmara Municipal.-----



2024.09.26

ATA N.º 6/24

FL. N.º 167

7-8-24

Abordando a questão da litigância, que é um tema que a preocupa, verificou que em quatro processos no caso de perda, ascenderia ao valor de um milhão e tal de euros, tendo solicitado em algumas sessões da Assembleia Municipal, por mais que uma vez, a informação do valor, ou uma estimativa do valor que a Câmara teria que suportar, no caso de ter perda, na parte dos processos todos em litigância, para saber quais seriam os custos, porque na sua opinião, pode pôr em causa a sustentabilidade financeira do Município.-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que, em resposta à intervenção da deputada Ana Rita Martins, informou que se trata de uma informação semestral, que por vezes em alguns períodos, até é mais reduzida, e no seu entendimento, em relação à situação financeira, o mais importante é perceber os grandes grupos e os grandes valores, porque está referido o que foi pago, as disponibilidades, e considerando o fim a que se destina, para que toda a gente tenha uma noção dos montantes que estão referidos, porque depois nas contas e no orçamento, é que esses valores são escalpelizados e passados de imediato a pente fino, e por isso entende que esta é uma informação sucinta, para manter os senhores deputados devidamente informados. -----

Em relação à questão da litigância, admitiu que hoje em dia vivemos numa sociedade litigante, que se vê no dia a dia da gestão municipal, na questão dos vizinhos, na questão da própria litigância entre empresas, e das empresas com a Câmara Municipal e também no setor público, havendo pessoas que vivem da litigância e para a litigância, que faz parte do dia a dia, mas obviamente não a defende, sabe que há entidades que privilegiam a litigância, e que há sempre um risco financeiro associado à litigância, considerando que quantificá-la é muito difícil de momento.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 05/06/2024, acerca da atividade e da situação financeira do Município, no período de 01 de junho a 31 de agosto de 2024.-----

2. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM:-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro explicou que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem está prevista na legislação e é algo que é pago pelas operadoras de telecomunicações, e que é um valor completamente incipiente, em termos de proveitos financeiros para o município. A legislação prevê que a taxa municipal de direitos de passagem, também seja aplicada pela utilização de canos, condutas, infraestruturas públicas, revertendo para a Câmara Municipal, não podendo ser refletida na fatura do consumidor. -----

Falando das taxas que a seguir iriam ser deliberadas, disse que a Câmara Municipal continuou a optar por não aumentar os impostos municipais. No que se refere ao IMI, o valor do imposto está no mínimo, não havendo a possibilidade de o baixar mais. -----

Em relação à Participação Variável no IRS, referiu que a Câmara Municipal continua com a mesma política de devolução de 50% do IRS a que o município tem direito, sendo esse valor creditado às famílias, o que representa uma ajuda considerável, que andarà sempre na ordem dos 570 000€ (quinhentos e setenta mil euros) em 2024, valor este, considerável, que o município prescinde a favor das famílias. -----

Por fim, informou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, as senhoras e os senhores deputados municipais, que é mantida uma política fiscal de cariz marcadamente social, de apoio às pessoas, às famílias do concelho, sendo esses os valores propostos, que serão depois refletidos no próximo orçamento



2024.09.26

ATA Nº 6/24

FL Nº 163

(Handwritten signature)

municipal, que será também presente à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais:-----

- **José Soares de Almeida**, interveio para se referir fundamentalmente aos impostos municipais, salientando que este ano, a proposta da Câmara Municipal é de manutenção de todas as taxas, porque nos anos anteriores foram reduzidas significativamente as taxas do IMI, da derrama, e da participação no IRS, e com base em números de 2023, desde que o CDS está na Câmara. Em média, por ano e em relação ao que era antigamente, a Câmara transferiu para as empresas e para as famílias, mas essencialmente para as famílias, cerca de 1 300 000€ (um milhão e trezentos mil euros) por ano. -----

Informou que em comparação com os restantes 16 concelhos da Área Metropolitana do Porto, as empresas e as famílias do concelho de Vale de Cambra, tem a melhor situação fiscal. Referiu que em relação às empresas, comparando a taxa da derrama que estava em vigor e a taxa atual de 1%, só o concelho da Póvoa do Varzim é que tem a melhor situação fiscal, porque isenta as empresas do pagamento da taxa da derrama, mas a nossa taxa de 1% é a segunda melhor, muito inferior à taxa máxima de 1,5%, as empresas pagam menos $\frac{1}{3}$ do que pagariam, se a taxa fosse a máxima que esteve em vigor até 2013, e também a taxa média da Área Metropolitana do Porto é de 1,27%, muito superior a 1%. Em relação ao IMI na Área Metropolitana do Porto, dos 17 concelhos, só 7 deles, incluindo Vale de Cambra, é que têm a taxa mínima, e deste modo as empresas e as famílias do concelho, tem a melhor carga fiscal de toda a Área Metropolitana do Porto, porque relativamente à participação no IRS, a Câmara tem 2,5%, que é metade e os outros 2,5% a outra metade devolve aos cidadãos residentes fiscais no concelho, de acordo com os números da Comissão de Coordenação da Região Norte, publicados recentemente, no caso de Vale de

Cambra e relativamente a este ano, equivale a uma devolução de 570 000€ quinhentos e setenta mil euros, e em comparação há o concelho de Vila Nova de Gaia que pertence à Área Metropolitana do Porto que também devolve igualmente 2,5% às famílias, mas no IMI sobre os prédios urbanos pagam 0,36%, enquanto que em Vale de Cambra se paga 0,3%. -----

Frisou que teriam todo o gosto em continuar a reduzir as taxas, até porque isso em princípio não afetaria a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal, mas tem que ter em consideração que a Câmara Municipal tem tido um aumento de despesa significativo, pela transferência de competências do Governo, nomeadamente na educação, onde as despesas são muito superiores ao “envelope” financeiro que é recebido, e também em consequência da inflação que tem aumentado mais que os impostos.-----

Quanto à isenção de IMT que o Governo concedeu aos jovens, questionou se a Câmara Municipal tem alguma informação sobre isso, porque não sabe se os concelhos vão ser compensados ou não, mas se não forem será uma situação gravosa para os mesmos. -----

Concluiu evidenciando que a política prosseguida, tem sido uma política prudente, que tem garantido a sustentabilidade das finanças municipais, e que ao mesmo tempo também tem transferido alguma margem financeira para as famílias e para as empresas. -----

- **Ana Raquel Pinheiro** disse que a sua intervenção se referia globalmente, a todos os impostos em discussão, e após análise da sua bancada, em relação à manutenção dos baixos impostos, e à continuação de uma política de impostos reduzidos no município, no seu entendimento é do conhecimento de todos que a estratégia da política fiscal baixa do município, por si só, não tem resolvido os problemas do concelho, persistindo as dificuldades na fixação dos jovens e



também as dificuldades para a fixação e para o aumento das empresas no município.-----

Acrescentou que a Câmara Municipal tem vindo a apresentar uma estrutura de custos fixos, com tendência crescente, mas do lado da receita, dos impostos, apresenta uma política fiscal reduzida, e nesse sentido perguntou ao Sr. Presidente, se a Câmara não estaria a entrar numa trajetória de desequilíbrio financeiro. -----

Sobre a referência que o seu colega Dr. José Soares, fez em relação à manutenção dos impostos baixos pelo Município, confirma que os impostos são reduzidos, mas verificou um aumento de 18% na taxa de saneamento.-----

Por fim afirmou que o sentido de voto da bancada do PS, será a abstenção para os quatro pontos dos impostos. -----

- **Victor de Sousa Tavares**, abordando mais uma vez o problema da falta da cobertura de rede de fibra nos lugares de Cabanelas e Quinta da Vide, na sua freguesia de Macieira de Cambra, disse que já contactou algumas operadoras de telecomunicações, com conhecimento da Câmara Municipal, para fazerem a instalação da rede de fibra nesses lugares, mas tem recebido sempre a mesma resposta, que se trata de aldeias pequenas que não justificam o investimento.-----

Tendo conhecimento que o valor que a Câmara Municipal recebe das empresas de telecomunicações, pelos dos direitos de passagem, é pouco significativo no orçamento municipal, cerca de sete mil euros, propôs à Câmara Municipal, que fizesse um concurso para atribuir esse valor à operadora selecionada, que iria fazer o fornecimento da fibra, numa determinada aldeia ou localidade, para que desse modo as pessoas pudessem ter acesso à fibra, pois seria uma mais-valia para as populações que necessitassem de recorrer ao teletrabalho.-----

- **Ana Rita Martins** referiu que uma política de baixa de impostos, não significa que se consiga atingir as metas que se pretendem e aquilo a que o nosso

2024.09.26

concelho se propõe, na sua opinião por vezes é preciso muito mais do que isso. Dirigiu-se ao Dr. José Soares, dizendo que ficou feliz pela situação fiscal e que gostou muito da sua comparação com a Área Metropolitana do Porto, mas também fez a sua comparação com os concelhos limítrofes de Sever do Vouga e Arouca, e verificou que estes, muitas vezes têm tido a capacidade de captação das empresas, principalmente Arouca, considerando que é uma situação triste, a perda de empresas para o concelho de Arouca, e que devia ser revista amplamente essa situação para que tal não aconteça.-----

Afirmou que fica muito contente, sempre que o Dr. José Soares na suas intervenções, refere o passado, porque como tinha dito relativamente ao passado, tem taxas mais baixas, mas em termos absolutos da arrecadação de impostos, o CDS tem valores superiores ao PSD. Nos últimos 4 anos, desde 2020, 2021, 2022, 2023, houve um aumento crescente de 27% do aumento da arrecadação dos impostos, cerca de um milhão e qualquer coisa, ou seja, na diferença desde 2020 até 2023, o que significa que o peso dos impostos para o CDS no mandato do CDS, comparativamente ao mandato do PSD, representa para o CDS 24%, enquanto na altura do mandato do PSD representava 18%, ou seja, o executivo do CDS está muito mais dependente da arrecadação de impostos, apesar de ter taxas mais baixas, do que o executivo PSD.-----

Na sua análise, isso pode significar que tiveram outras formas de arrecadação de receitas, possivelmente de fundos comunitários, e até viu com agrado a resposta do Sr. Presidente a dizer, que não tem mãos a medir às candidaturas que faz, mas na sua opinião, talvez na altura do PSD houveram mais candidaturas, porque não estavam tão dependentes da arrecadação de impostos.-----

Por fim colocou a hipótese, que a arrecadação de impostos em termos de volume, por parte do CDS nestes últimos dez anos, talvez se deva a investimentos feitos



2024.09.26

ATA N.º 6/24

FL N.º 170

X - P

pelo PSD no seu mandato, e que quanto ao passado que foi referido, já passaram dez anos, por isso aconselhou a olharem para o passado, mas deste executivo.---

José Soares de Almeida, respondeu à Dr.ª Ana Raquel Pinheiro que o preço do saneamento aumentou, mas ainda é um dos preços mais baixos da Área Metropolitana do Porto e também o preço do abastecimento da água, é o preço mais baixo de toda a Área Metropolitana do Porto.-----

Explicou que as empresas investem em Arouca e não em Vale de Cambra, porque Arouca é considerado um concelho de baixa densidade e Vale de Cambra não é, e as empresas que investem e recorrem a fundos ou apoios comunitários, recebem por se situarem no concelho de Arouca, talvez mais ou menos o dobro, do que receberiam se investissem em Vale de Cambra, sendo de facto muito prejudicial para o nosso concelho, mas isso tem a ver com dados económicos e com a União Europeia, não depende da influência municipal.-----

Afirmou que a Câmara Municipal com taxas mais baixas, conseguiu arrecadar mais impostos, porque o valor arrecadado de impostos é igual à taxa vezes a base de incidência, ou nomeadamente o rendimento, e isso significou que os rendimentos têm aumentado muito mais que a redução das taxas de imposto, e quando os rendimentos das pessoas e os resultados das empresas tem aumentado mais, é sinal de que Vale de Cambra está a crescer bastante, mas também mas com a colaboração da Câmara Municipal.-----

Referiu que em termos de apoios comunitários de esfera municipal, no âmbito do programa do PT 20 20, que acabou de ser encerrado, o Município de Vale de Cambra em termos de valor de fundos por habitante, foi o terceiro que conseguiu mais, dos dezassete municípios da Área Metropolitana do Porto, e por isso quando afirmaram que o Município de Vale de Cambra não consegue fundos europeus, isso não corresponde à verdade.-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que, respondendo à questão da deputada municipal Ana Raquel Pinheiro, sobre a trajetória de desequilíbrio financeiro, disse que as despesas correntes têm vindo a crescer em termos relativos e em termos absolutos, em consequência do aumento do quadro de pessoal da Câmara Municipal, que devido à descentralização ficou com mais cento e tal trabalhadores, acrescentando as atualizações salariais, e algumas promoções, gerou um crescimento da massa salarial, que interfere nas contas. Ao nível dos encargos com a educação, que entram nas despesas correntes, a Câmara Municipal gastou muito mais dinheiro com as refeições escolares, que são um encargo que tem vindo a subir, porque o número de alunos tem vindo a crescer, ao contrário do que foi referido na sessão, há mais alunos no concelho, não existe perda, mas sim um crescimento na ordem das duzentas ou trezentas crianças no universo escolar do concelho, o que é significativo, sendo muitas delas de origem estrangeira a residir em Vale de Cambra. Também a despesa com os transportes escolares, teve um crescimento considerável nos últimos três anos, isso foi notório, devido à subida do preço dos combustíveis, que criou algumas dificuldades e encargos acrescidos.-----

Em relação àquilo que tem sido o aumento das receitas, com o abaixamento dos impostos ou com a manutenção dos impostos, referiu que o mesmo tem acontecido com as taxas de licenciamento, apesar de ter havido uma alteração profunda, baixaram consideravelmente as taxas de licenciamento para a construção de habitação e construção, no seu todo e as receitas aumentaram, porque houve mais investimento, mais construção a ser feita e por isso muitas vezes o abaixamento dos impostos, nem sempre significa a redução de receitas.-- Exemplificou que a Câmara baixou os valores cobrados por hora, no parque de estacionamento subterrâneo, e a receita subiu, embora não tenha subido muito,



[Handwritten signature]

mas subiu, o que significa que houve mais procura, houve mais pessoas a utilizar, tornando-se mais vantajoso para o município, porque os munícipes pagam menos, os utentes pagam menos, mas como são mais a pagar, as receitas aumentam.-----

Em relação à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra, Victor Tavares e no que diz respeito à rede de fibra, informou que a Câmara Municipal tem feito inúmeros pedidos, e tem solicitado muitas vezes ao regulador, à Anacom que melhore a cobertura, da rede de fibra, e essa cobertura tem vindo a ser melhorada.-----

Na sua opinião tratando-se de investimentos consideráveis, não lhe parece que sejam sete mil euros que possam dar qualquer ajuda na expansão da cobertura de fibra, porque são “trocós” para as operadoras, seria insignificante, porque no fundo isso seria estar a devolver uma taxa, que elas pagam ao Município, e aquilo que o executivo tem que fazer, é pressionar e exigir junto do regulador para fazer valer os seus direitos, e tem feito esse trabalho. Mais informou que foram instaladas novas torres e já pediram mais, porque ainda existem algumas zonas cinzentas onde a cobertura de rede móvel ainda não é perfeita, havendo a necessidade de alguns up-grades, e também as operadoras têm um plano de investimentos que está programado a dois, três, quatro anos, e prevê que dentro de algum tempo, no que diz respeito à fibra, cada vez haverá maior cobertura no concelho.-----

A Assembleia Municipal, com 3 abstenções dos deputados municipais, Ana Raquel Pinheiro, José Hermínio Fernandes e António Miguel Castro da bancada do PS e 22 votos a favor, deliberou por maioria dos 25 membros presentes, fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem/2025, no percentual de 0,25%, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º1, do artigo 25.º do RJAL e conforme deliberação da Câmara Municipal de 6 de agosto de 2024;-----

Declaração de Voto da bancada do PS, proferida por Ana Raquel Pinheiro:---

“Pagar impostos é uma obrigação a que todos estamos sujeitos, determinar os impostos que a população de Vale de Cambra vai pagar é um tema sensível, pois as pessoas merecem saber o que se faz com o dinheiro dos seus impostos. Hoje não só sabemos se os impostos chegam para fazer face às despesas, como não sabemos se a sustentabilidade financeira está garantida.”-----

3. DERRAMA:-----

A Assembleia Municipal, com 4 abstenções dos deputados municipais, Ana Raquel Pinheiro, José Hermínio Fernandes, António Miguel Castro da bancada do PS e Ana Rita Martins da bancada do PPD/PSD e 21 votos a favor, deliberou por maioria dos 25 membros presentes, fixar a Taxa da Derrama em 1% sobre o lucro tributável e não isento de IRC aos sujeitos passivos com um volume de negócios, no ano anterior, superior a € 150.000,00, isentar os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior, que não ultrapasse € 150.000,00, bem como, os sujeitos passivos que se tenham instalado no concelho e aí tenham fixado a sua sede social, desde que tenham criado cinco ou mais postos de trabalho, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 25.º do RJAL e conforme deliberação da Câmara Municipal de 6 de agosto de 2024;-----

Declaração de Voto da bancada do PS, proferida por Ana Raquel Pinheiro:---

“Pagar impostos é uma obrigação a que todos estamos sujeitos, determinar os impostos que a população de Vale de Cambra vai pagar é um tema sensível, pois as pessoas merecem saber o que se faz com o dinheiro dos seus impostos. Hoje não só sabemos se os impostos chegam para fazer face às despesas, como não sabemos se a sustentabilidade financeira está garantida.”-----

4. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS:-----

A Assembleia Municipal, com 4 abstenções dos deputados municipais, Ana Raquel Pinheiro, José Hermínio Fernandes, António Miguel Castro da bancada do



2024.09.26

ATA N.º 6 / 24

FL N.º 172

(Handwritten signature)

PS e Ana Rita Martins da bancada do PPD/PSD e 21 votos a favor, deliberou por maioria dos 25 membros presentes, fixar a Taxa de Participação do Município no IRS em 2,5%, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º1 do artigo 25.º do RJAL e conforme deliberação da Câmara Municipal de 6 de agosto de 2024;-----

Declaração de Voto da bancada do PS, proferida por Ana Raquel Pinheiro:---

“Pagar impostos é uma obrigação a que todos estamos sujeitos, determinar os impostos que a população de Vale de Cambra vai pagar é um tema sensível, pois as pessoas merecem saber o que se faz com o dinheiro dos seus impostos. Hoje não só sabemos se os impostos chegam para fazer face às despesas, como não sabemos se a sustentabilidade financeira está garantida.”-----

Ausentou-se por breves momentos, o Sr. Presidente, José Pinheiro e Silva, delegando a representação da Câmara Municipal, no Sr. Vice-Presidente, António Alberto Gomes.-----

5. IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS:-----

A Assembleia Municipal, com 4 abstenções dos deputados municipais, Ana Raquel Pinheiro, José Hermínio Fernandes, António Miguel Castro, do PS e Ana Rita Martins do PPD/PSD e 21 votos a favor, deliberou por maioria dos 25 membros presentes, aplicar a taxa do IMI abaixo referida, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 25.º do RJAL, conforme deliberação da Câmara Municipal de 6 de agosto de 2024: -----

Prédios rústicos: 0,8%; -----

Prédios urbanos = 0,3%, nos termos do art.º 112 do CIMI; -----

Redução da taxa do IMI de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 112.º-A, do CIMI, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar: -----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Declaração de Voto da bancada do PS, proferida por Ana Raquel Pinheiro:---

"Pagar impostos é uma obrigação a que todos estamos sujeitos, determinar os impostos que a população de Vale de Cambra vai pagar é um tema sensível, pois as pessoas merecem saber o que se faz com o dinheiro dos seus impostos. Hoje não só sabemos se os impostos chegam para fazer face às despesas, como não sabemos se a sustentabilidade financeira está garantida."-----

Regressou à sessão, o Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro e Silva. -----

6. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS 2024 E 2025:-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

Para prestar alguns esclarecimentos sobre esta proposta e conteúdo da mesma.--

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro explicou que os municípios estão obrigados a ter serviços de certificação legal de contas, através de entidades habilitadas para o efeito, e como o concurso que estava em vigor, estava a terminar, a Câmara Municipal abriu um novo procedimento, e a proposta mais vantajosa foi da sociedade, Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda, sendo uma competência da Assembleia Municipal a aprovação deste procedimento, na designação de um Revisor Oficial de Contas, para nos próximos dois anos, prestar serviço ao Município.-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado municipal Manuel Correia de Campos.-----

Manuel Correia de Campos, disse que por falta de documentos ia votar contra.- -

O Sr. Presidente da Mesa informou que os ficheiros sobre este e os demais assuntos, foram enviados, através de um único e-mail, a todos os membros da



2024.09.26

ATA N.º 6 / 24

FL. N.º 173

8-3-

Assembleia Municipal. Consta do ficheiro sobre este assunto, a deliberação da Câmara Municipal, o relatório final do procedimento, o convite, o caderno de encargos, a proposta e a minuta do contrato. Como nenhum dos membros da Assembleia Municipal, comunicou aos serviços de apoio o facto de não ter recebido esses documentos, para que fosse colmatada eventual falha, disse assumir e pedir desculpa se algum documento necessário à análise do ponto, não foi distribuído.-----

A Assembleia Municipal, com 1 voto contra do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias e deputado municipal da bancada do CDS/PP, Manuel Campos e 24 votos a favor, deliberou por maioria dos 25 membros presentes, nomear como auditor externo, após procedimento de seleção, o candidato Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda, pelo valor de 20.000,00€ (vinte mil euros) mais IVA à taxa legal em vigor, pelo período de 24 meses, adjudicando-lhe os serviços para a Certificação Legal de Contas 2024 e 2025, ao abrigo do disposto no n.º1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e conforme deliberação da Câmara Municipal de 09/07/2024, aprovando para o efeito, a respetiva minuta do contrato a celebrar.-----

Declaração de voto do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias e deputado municipal da bancada do CDS/PP, Manuel Campos: “Por falta de documentos eu tenho que votar contra.”-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para uma intervenção complementar.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, interveio dizendo que a proposta do ponto seis foi aprovada por maioria, com um voto contra, por alegadamente o membro da Assembleia não ter recebido a documentação, o que achou estranho, porque todas as pessoas receberam, e só uma pessoa é que não recebeu, mas no seu entendimento de qualquer forma tem que respeitar essa

questão, e também o Sr. Presidente da Assembleia tinha dito, que depois iria tentar verificar o que é que aconteceu.-----

Agradeceu ao Dr. Rui Pinho e à sua equipa que cessou funções, pela forma colaborante e exigente, como sempre executaram o seu trabalho, durante alguns anos, na certificação legal das contas do Município e desejou votos de sucesso à nova entidade, que vai prestar serviços à Câmara Municipal, na difícil tarefa da certificação legal de contas.-----

Pelas 23 horas e 59 minutos, atendendo ao n.º 1, do artigo 13.º do Regimento da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, que refere que a sessão da Assembleia Municipal não pode prolongar-se para além das 24 horas, salvo deliberação expressa do plenário, a Mesa propôs que se deliberasse a continuação da sessão. -----

Após votação, a Assembleia Municipal, por unanimidades dos 25 membros presentes deliberou dar continuidade à sessão.-----

7. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO PERM, EIM:-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, explicou que o PERM EIM Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, foi uma empresa criada em 2009, para fazer a recolha e eliminação de sucatas, e que 51% do seu capital era detido pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria e a parte restante pelas empresas Alexandre Barbosa Borges S.A. e Alexandre Borges Barbosa Borges 2 S.A.. Dado que a empresa não teve o sucesso que era expectável à data, deixou de ter razão de existir, porque os lotes foram vendidos, e os municípios que fazem parte da Associação de Municípios, decidiram extinguir essa empresa, e como o Município de Vale de Cambra também esteve envolvido nessa fase, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, tem que se pronunciar quanto à extinção do PERM, pelo



2024.09.26

ATA Nº 6 / 24

FL Nº 174

X - R -

que a Assembleia Municipal tem que aprovar a extinção e dissolução desta sociedade.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 25 membros presentes aprovar a proposta apresentada pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria para a dissolução e liquidação da PERM EIM-Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, uma vez que o seu objeto se encontra extinto, não se justificando a manutenção da atividade da empresa e da parceria celebrada com os parceiros privados, conforme deliberação da Câmara Municipal de 17/09/2024.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações.-----

Do público presente, registaram-se 4 intervenções, cujo teor será sumariamente descrito na ata da sessão.-----

- Dr. António Pedro de Pinho Rebelo, cumprimentou todos os presentes. -----

Disse que ia prestar alguns esclarecimentos relativamente ao edifício da antiga fábrica de lacticínios Martins & Rebelo, começando por referir que se trata de um edifício histórico, e que por parte da Câmara Municipal existe uma perspetiva relativamente ao mesmo, da sua não utilização, e por isso pretende deixar claro e de uma forma inequívoca que os atuais detentores do edifício, ou seja, ele e a sua família, sempre estiveram e estão disponíveis para junto do Município, encontrarem uma solução no sentido de que esse edifício possa fazer parte, ou parte do edifício possa fazer parte do domínio municipal e não fique dependente só de particulares, porque entende que é uma questão de defesa do nosso património e da nossa história.-----

Referiu que se fala muito pouco ou se conhece muito pouco da história de Vale de Cambra, e que o edifício da empresa Martins & Rebelo, localizado no lugar de Pinheiro Manso, representa o início do desenvolvimento económico e industrial de

2024.09.26

Vale de Cambra, e vê com muita apreensão alguns movimentos, no sentido de que o Museu de Laticínios seja localizado noutro local, quando o edifício da Martins & Rebelo, é um património histórico impressionante de Vale de Cambra e a nível nacional, e representa o desenvolvimento de um país inteiro durante décadas, onde laborou uma empresa das maiores a nível nacional até aos anos setenta, e que foi o motor económico da agricultura, e a primeira unidade industrial que produziu o primeiro queijo no país, que se chama “Pinheiro Manso” e que também desenvolveu o leite materno a nível do nosso país e outros produtos lácteos, sendo responsável pelo grande desenvolvimento da nossa sociedade, não só da parte económica, mas também do ponto de vista do acesso da população em geral, a bens necessários, que até então eram só exclusivamente importados e apenas de acesso a pessoas com alto poder aquisitivo.-----

Afirmou que esse património cultural deve ser defendido, para que se possa trazer para Vale de Cambra de uma vez por todas, e antes que alguém se adiante, o Museu Nacional de Laticínios. -----

Por fim questionou o Sr. Presidente da Câmara, se a localização do Museu Nacional de Laticínios, iria ser nas antigas instalações do Almeida & Freitas, porque é o que lhe parece estar previsto acontecer.-----

- **Albano de Oliveira Braga** apresentou um requerimento ao Sr. Presidente da Mesa, solicitando uma fotocópia certificada da ata, da sessão da Assembleia Municipal de 17/07/2024. -----

Quanto à intervenção que o deputado José Soares dirigiu ao deputado João Carvalho da Silva, sentiu um remoque relativamente a uma situação, na qual esteve envolvido nessa altura, e o que foi a posição de vários deputados da Assembleia Municipal, relativamente ao direito de superfície da creche da Fundação Luiz Bernardo de Almeida, cuja proposta negociada entre a Câmara



2024.09.26

ATA N.º 6 / 24

FL N.º 175

[Handwritten signature]

Municipal e a instituição em apreço, previa fazer um direito de superfície de 50 anos mais um, e ele e os vários deputados municipais entenderam que deveria ser durante 50 anos, sendo uma diferença significativa, e por fim o resultado dessa situação, foi a reanálise de toda a documentação, e depois fizeram um acordo por 50 anos. -----

Em relação ao debate, sobre o pagamento dos deputados municipais e presidentes de junta, informou que quem fosse sócio-gerente, administrador, ou pertencesse a órgãos de IPSS, que foi o seu caso pessoal, no passado retirou-se durante duas ou três sessões da Assembleia Municipal, e inclusive o Sr. Presidente da Assembleia, retiraram-se inúmeras vezes na discussão de alguns pontos, porque incorriam na perda de mandato os deputados e os presidentes de junta, e a isso acrescia sanções pecuniárias e criminais, para o Sr. Presidente da Câmara e vereadores que assinassem contratos ou ajustes diretos. -----

Sobre o que está previsto no PDM, para junto da escola jardim de infância, de Codal que é uma área de atividades económicas industriais, junto ao Jardim de infância, parque desportivo de Codal, parque de merendas e moradias, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que reconsidere, e que o executivo da Câmara pondere e analise a localização, porque acha que o investidor deve fazer lá as habitações que são precisas para Vale de Cambra, porque vai ter o investimento recuperado em pouco tempo.-----

- **António Soares**, felicitou o Sr. António Rebelo pela sua intervenção e de seguida afirmou que a população de Codal, e das zonas limítrofes, está muitíssimo preocupada com a possibilidade eminente da instalação das tais UOPG, sete, oito e treze, ou zonas industriais, previstas no PDM, porque na sua opinião os malefícios e a tragédia que isso iria causar às populações é mais que evidente, considerando que a freguesia de Codal ficaria muralhada pela indústria, com os inconvenientes que isso tem para o bem estar das populações. Do apelo

2024.09.26

que fez e das sugestões que apresentou, quando interveio na sessão de 17 de julho, ainda não teve qualquer resposta para mais de seiscentas pessoas, que subscreveram o abaixo-assinado e se manifestaram contra a instalação das UOPG na freguesia de Codal, e não percebe porque é que estão à espera de reconhecer que há outras soluções, para que a população possa ficar descansada, e dormir descansada, porque não estão a dormir descansados, porque essa possibilidade está-lhes a tirar o sono, e quem lhes pode trazer esse descanso, é o Sr. Presidente José Pinheiro, e nesse sentido apelou mais uma vez, para que lhes seja dada resposta.-----

- **Alexandre Teixeira da Silva**, disse que entregou um documento extenso na Câmara Municipal no período de discussão pública do PDM, que tem a ver objetivamente com as UOPG, 7 e 8 com as quais não concorda, e entende que os vales, as linhas de água, a agricultura, o turismo são grandes valências em Vale de Cambra, e na sua opinião estas UOPG 7 e 8 são um verdadeiro atentado e uma perda irreparável se forem executadas, relativamente ao espólio que temos, que neste caso é um vale agricultado, organizado, onde moram pessoas, onde há populações organizadas, onde as pessoas construíram as suas casas, e tem a noção de que quando se planeia muitas vezes não se avalia verdadeiramente a dimensão daquilo que se projeta. -----\

Solicitou à direção executiva da Câmara e a todos os intervenientes, que numa perspetiva convergente analisem essa situação, porque é grave, considerando que pode estar em causa a destruição de um património difícil de avaliar, composto por uma linha de água, uma zona agricultada organizada, difícil de encontrar, com núcleos rurais organizados, e que também podem ser tratados de formas diferentes.-----

Acrescentou que não faz sentido implementar zonas industriais no centro de um vale, para retirar a qualidade de vida, a seiscentas ou setecentas pessoas que ali



2024.09.26

ATA Nº 6/24

FL Nº 176

Y - - 9 -

vivem, mencionando que o assunto devia ser repensado enquanto é tempo e enquanto não é fechado o PDM e que essas zonas, deviam ser liminarmente retiradas.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro concordou com o que o Dr. Pedro Rebelo disse e tem conhecimento da importância que a Martins & Rebelo teve na história, na construção de Vale de Cambra e no crescimento da indústria do nosso Município e também da sua notoriedade enquanto marca comercial, com produtos de extraordinária qualidade, sendo exemplo disso o queijo Castelões, o *queijo Pinheiro Manso*, a *manteiga*, e também o *vigormalte* que era um produto extraordinário, tendo desafiado há uns tempos atrás o Dr. Pedro Rebelo, para ver se seria possível produzir e comercializar novamente o *vigormalte*, pois seria obviamente um gosto para muitas pessoas que recordam esse extraordinário produto, tendo a Martins & Rebelo sido uma âncora do desenvolvimento do nosso concelho e da nossa região.-----

Recordou que teve uma conversa há uns anos com o Dr. Pedro Rebelo e com os proprietários da Martins & Rebelo sobre a questão da recuperação do património, e considerou que esse património é importante e pode ser útil para pôr Vale de Cambra no mapa, com a importância que teve e que ainda tem hoje ligado ao setor dos laticínios. Referiu que está disponível para o mais brevemente possível conversar sobre essa matéria, que é de muito interesse para Vale de Cambra.-----

Em relação ao PDM, e dando resposta ao Sr. António Soares, disse que estava disponível para conversar com ele sempre que for necessário, sobre os temas de maior interesse, e que a Câmara está a retardar a resposta, porque houve um prolongamento da discussão pública que terminou há três dias, e dado a quantidade de documentos para analisar, os serviços da Câmara Municipal não tinham a possibilidade de responder a 400 ou 500 sugestões ou reclamações, no entanto todas terão o seu tratamento, e será dada resposta às pessoas que as

apresentaram, embora não saiba quanto tempo vai demorar essa análise, mas depois estarão em condições de responder às posições manifestadas.-----

Referiu que ao longo deste processo de revisão do PDM, começaram a falar há 2, 3, 4 anos e também algumas pessoas na sessão, que era importante que o executivo olhasse para a indústria, porque a indústria fugiu de Vale de Cambra, e depois as pessoas saem de Vale de Cambra, mas no seu entendimento o executivo tem que tentar equilibrar as coisas, com a criação de alguns espaços de acolhimento empresarial, atendendo às sucessivas manifestações de interesse de reforço das áreas de acolhimento empresarial, embora não saiba quantos contributos vão aparecer neste processo de revisão do PDM respeitantes à indústria, mas espera que também existam várias propostas de criação de espaços de acolhimento empresarial, porque senão as empresas saem de Vale de Cambra e vão para outros municípios e desse modo haveria mais perda de população, porque não havendo emprego, não há pessoas.-----

Acrescentou que o executivo tem que equilibrar as opções, e isso também foi dito nas várias sessões, onde algumas das pessoas presentes também estiveram, e o executivo está sensível aos abaixo-assinados, e aos pedidos que foram feitos, num entendimento de que tudo vai ser devidamente analisado e ponderado numa perspetiva global.-----

- **De novo no uso da palavra, António Pedro de Pinho Rebelo** perguntou ao Sr. Presidente da Câmara, qual era a sua posição em relação à localização do Museu Nacional de Laticínios, nas antigas instalações do Almeida & Freitas, tendo em conta a proposta que existe na alteração no PDM.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro respondendo com toda a frontalidade, disse, afirmou que a primeira abordagem que foi feita, quando tiveram a primeira conversa, foi exatamente o Martins & Rebelo, continuando com a convicção da sua primeira ideia.-----



2024.09.26

ATA Nº 6 / 24

Fl. Nº 177

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa deu continuidade à sessão. -----

APROVAÇÃO DO TEXTO E RESPETIVAS MINUTAS: -----

A Assembleia Municipal, após votação separada, deliberou, por unanimidade dos 25 membros presentes, aprovar em minuta todas as deliberações tomadas na sessão, aprovando de igual modo o respetivo texto de acordo com a Minuta das deliberações que lhes foi distribuída.-----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, pelas 00 horas e 48 minutos do dia 27 de setembro, com a presença no Salão Nobre de 25 deputados municipais, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão, da qual, o Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrou a presente ata que, achando-se conforme, foi aprovada na sessão de 28 de novembro de 2024 e vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa.-----

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

[illegible]